

Régia Cristina Barbosa de Araújo

**Questão ambiental e assentamento rural:
a luta por uma sustentabilidade alternativa no
Assentamento Novo Horizonte II, em Maxaranguape
(RN)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Mestrado em Serviço Social**

Régia Cristina Barbosa de Araújo

**Questão ambiental e assentamento rural:
a luta por uma sustentabilidade alternativa no
Assentamento Novo Horizonte II, em Maxaranguape
(RN)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dra. Vitória Régia Fernandes Gehlen.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Mestrado em Serviço Social**

RÉGIA CRISTINA BARBOSA DE ARAÚJO

**QUESTÃO AMBIENTAL E ASSENTAMENTO RURAL: A LUTA POR
UMA SUSTENTABILIDADE ALTERNATIVA NO ASSENTAMENTO
NOVO HORIZONTE II MAXARANGUAPE/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais, para a obtenção do título de **Mestre em Serviço Social**.

Aprovado em: 15 Outubro/2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª. Dr.ª. Vitória Régia Fernandes Gehlen (Orientadora e Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.ª. Dr.ª. Helena Lúcia Augusto Chaves (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.ª. Dr.ª. Edelweiss Falcão de Oliveira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marx Prestes Barbosa (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

*A meu **marido** e meus **filhos**, cúmplices nesta jornada;*

*a minha **mãe**, pelo incentivo e pela força;*

*a minha avó **Francisca Ferreira de Araújo** (in memoriam), pelo exemplo de fé e confiança em Deus, me ensinando-me que a fé remove montanhas;*

*a meu avô **Amândio Alves de Araújo** (in memoriam) pela confiança depositada na minha capacidade;*

*aos(as) **trabalhadores (as) rurais** que estão na luta pela terra em nosso país.*

*Cipó caboclo tá subindo na virola
Chegou à hora do pinheiro balançar
Sentir o cheiro do mato da imburana
Descansar morrer de sono na sombra da barriguda
De nada vale tanto esforço do meu canto
Pra nosso espanto tanta mata haja vão matar
Tal mata Atlântica e a próxima Amazônica
Arvoredos seculares impossível replantar
Que triste sina teve cedro nosso primo
Desde de menino que eu nem gosto de falar
Depois de tanto sofrimento seu destino
Virou tamborete mesa cadeira balcão de bar
Quem pra acaso ouviu falar da sucupira
Parece até mentira que o jacarandá
Antes de virar poltrona porta armário
Mora no dicionário vida eterna secular*

*Quem hoje é vivo corre perigo
E os inimigos do verde da sombra o ar
Que se respira e a clorofila
Das matas virgens destruídas vão lembrar
Que quando chegar a hora
É certo que não demora
Não chame Nossa Senhora...*

Matança

(Jatobá)

AGRADECIMENTOS

*Em primeiro lugar, quero agradecer a **Deus**, por ter sido meu amparo nos momentos de desânimo.*

Na elaboração desse trabalho trilhei diversos caminhos, enfrentei momentos de desânimo e incerteza, superei muitos obstáculos. Mas esses momentos foram não vencidos solitariamente foram compartilhados com muitas: familiares amigos e colegas, que me apoiaram e me encorajaram. A todos eles registro aqui o meu sincero agradecimento.

*A meu marido, **Henrique**, pela longa jornada partilhada desde a infância sempre comigo nos momentos mais importantes da minha vida. Obrigado pelo incentivo, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo apoio incondicional nessa árdua caminhada.*

*Aos meus filhos, **Victor**, que muitas vezes abriu mão de seu lazer para me ajudar com os irmãos em minhas ausências para produção desse trabalho; **Erik** com sua pouca compreensão do que seja um mestrado, sempre torcendo e desejando boa sorte para que eu concluísse a dissertação e **Arthur** que foi gestado durante o período dessa produção científica, trazendo para mim mais força e coragem.*

*Aos meus países, **Mário Ferreira** e **Luzia Barbosa** pela essa valiosa oportunidade de reencarnação nessa escola abençoada de aprendizado que é a terra, sendo à base de sustentação para eu pudesse chegar até aqui.*

*À Prf^ª.Dr^ª. **Vitória Régia Fernandes Gehlen**, pela compreensão e apoio imprescindíveis nesse trabalho.*

*À Prf^ª.Dr^ª. **Edelweiss Falção**, pelo incentivo diante das dificuldades que enfrentei para concluir esse trabalho.*

*Aos **professores do mestrado** pela contribuição teórica.*

*As (os) colegas de turma que sempre tiveram uma palavra de apoio e encorajamento. **Mariana** amiga, companheira que mesmo distante me trouxe apoio nos momentos de angústia e solidão.*

*À amiga **Mara**, pelo incentivo nessa reta fina, um agradecimento especial pelo apoio.*

*À **Regina** companheira de longa jornada acadêmica sempre solidária nos momentos difíceis da produção desse trabalho.*

*As amigas **Nina**, **Niná** e **Michelle** pela torcida ao meu favor nessa jornada.*

*A dona **Lindalva** que com muito carinho me deu abrigo em sua casa.*

RESUMO

A presente dissertação investiga como as famílias assentadas no Projeto de Assentamento Novo Horizonte II, município de Maxaranguape(RN) tratam as questões relacionadas ao meio ambiente, biodiversidade, produção, consumo, e o que os assentados fazem para produzir e sustentar as suas famílias e manter o equilíbrio ambiental. O objetivo que orientou a pesquisa é compreender o que as famílias assentadas fazem para manter a sustentabilidade do assentamento na perspectiva do desenvolvimento local sustentável em razão da precariedade das políticas públicas voltadas para o campo. A análise está ancorada, teoricamente, nos estudos sobre questão agrária no Brasil, desenvolvimento sustentável, meio ambiente e desenvolvimento local sustentável. Constatou-se a grande dificuldade que os assentados têm para viver do que produz no assentamento, constatou-se também a ausência de cuidados com o meio ambiente, proveniente de falta de informações, organização e união das pessoas ali assentadas, como a ausência de apoio do poder público local.

Palavras - chave: desenvolvimento sustentável, meio ambiente, questão agrária.

ABSTRAT

The current work has investigated as the settled families in the “*Projeto de Assentamento Novo Horizonte II*” in Maxaranguape city-RN have treated the questions related to the environment, biodiversity, production, consumption. It have also analyzed what they do to produce and to maintain their families and keep the environmental balance at a same time. The qualitative approach has privileged of the methodological point of view. The objective that guided the research is to understand what the settled families do to keep the sustainability of settlement in the perspective of the sustainable local development due to the precariousness of the public policies geared toward the field. The analysis is supported in theories on agrarian question in Brazil, sustainable development, environment and sustainable local development. The analyses pointed out that the settled families had great difficulty to subsist with products which got in there. It was also evidenced the environmental care absence due to the lack of information, organization and union of the people settled and lack the local public power.

Key-words: Sustainable Development; Environment; Agrarian Question.

LISTA DE SIGLAS

AACC – Associação de Apoio às Comunidades no Campo do Rio Grande do Norte

CEBs – Comunidade Eclesiais de Base

CEHAS – Centro de educação e Assessoria Herbert de Souza

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

ITERN – Instituto de Terras do Rio Grande do Norte

ITR – Imposto Territorial Rural

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Educação

MSRT – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

ONG – Organização Não - Governamental

PA – Projeto de Assentamento

PO – Pastoral Operária

PROCERA – Programa especial de Crédito para Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RONDON - Projeto de Integração Social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.

SSR – Serviço Social Rural

SUPRA – Superintendência Política e Reforma Agrária

TDA's – Títulos da Dívida Agrária

UDR – União Democrática Ruralista

WWF – World Wildlife Fund (Fundo mundial para a natureza)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I – Ambiente rural, assentamento e questão agrária no Brasil e no Rio grande do Norte	16
1.1. Questão agrária no Brasil: as relações históricas e o contexto atual	16
1.2. Breve histórico sobre distribuição da terra no Brasil	17
1.3. A emergência a dos Assentamentos Rurais no Brasil	31
1.4. O contexto agrário no Rio Grande do Norte e surgimento dos assentamentos	35
Capítulo II – Desenvolvimento sustentável, meio ambiente e uso da terra na perspectiva da globalização do capital.	40
2.1. Desenvolvimento sustentável o surgimento de um conceito	41
2.2. Meio ambiente e questão agrária	51
2.3. Desenvolvimento local na perspectiva da sustentabilidade	59
2.4. O contexto capitalista e a sustentabilidade	61
Capítulo III – Maxaranguape: a experiência do Assentamento Novo Horizonte II	68
3.1. Características do município e as implicações na construção do Assentamento Novas horizonte II	69
3.2. A constituição do assentamento Novo Horizonte II	73
3.3. O assentamento Novo Horizonte II e o desenvolvimento sustentável	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
BIBLIOGRAFIA	86
ANEXOS	89

Introdução

O tema *meio ambiente e desenvolvimento sustentável* objeto de estudo desta pesquisa, que foi realizada no Projeto de Assentamento Novo Horizonte II, localizado no município de Maxaranguape (RN). Trabalhar a temática *meio ambiente e desenvolvimento sustentável* em área de assentamento constitui-se, num grande desafio, frente à realidade rural do país e devido ao fato de a temática situar-se no contexto da questão agrária no Brasil, que engloba vários problemas, vinculados ao desenvolvimento agropecuário, política pública ineficaz, luta e resistência dos trabalhadores contra o modelo contraditório e desigual do modo de produção capitalista. Desse modo, ela reflete também os problemas sócioambientais vividos na atualidade, tendo como perspectiva a ampliação de direitos sociais, na busca por um chamado “desenvolvimento sustentável”.

Nosso interesse pelo tema surgiu enquanto desenvolvíamos diversas atividades como educadora do Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza – CEHAS -, prestando assessoria às comunidades rurais. Nessa ocasião foi possível estabelecermos contato com diversas famílias que estavam acampadas na Fazenda Vale da Esperança, hoje Assentamento Novo Horizonte II. Na perspectiva de colaborar para o processo associativo das famílias acampadas, a instituição através de seus educadores ministrou palestras e cursos. Estabelecemos um contato e, em seguida, visitamos o acampamento para conhecermos mais de perto a realidade das famílias acampadas efetivando uma maior aproximação. A partir desse momento, ficamos acompanhando o desenvolvimento do processo organizativo daquelas pessoas, que lutavam por uma vida melhor e viam no acesso a terra à oportunidade que abria novos horizontes.

Nessa aproximação, foi possível perceber a importância do serviço prestado por instituições públicas e ONGs no processo organizativo dos assentamentos rurais, uma vez que não basta apenas assentar famílias, mas é necessário a formulação e aplicação de políticas públicas para essas comunidades por meio das quais possa ser viabilizado o crescimento e o desenvolvimento.

Assim, no processo seletivo do mestrado, decidimos direcionar o nosso estudo para realidade de vida das famílias assentadas em Novo Horizonte II. A

princípio, o que instigava o nosso interesse era o desejo de verificar como, apesar das dificuldades em relação a apoio do governo, os assentamentos contribuíam para o desenvolvimento local. Depois, com a definição do objeto de pesquisa, aprofundamos esse questionamento para a perspectiva da sustentabilidade, ou seja, para, como o assentamento trata questões como meio ambiente, biodiversidade, produção, consumo; o que os assentados fazem para produzir e sustentar as suas famílias e manter o equilíbrio ambiental; como são vistas essas questões pelas famílias assentadas em Novo Horizonte II.

Desse modo, para desvendar e compreender como se dá a sustentabilidade dos assentados em Novo Horizonte II, enfocando o meio ambiente em que estão inseridas as famílias, aplicamos questionário com os proprietários dos lotes do assentamento, com base em entrevistas semi-estruturadas, além do suporte adquirido na leitura bibliográfica. Entendemos que o ato de pesquisar não se realiza no vazio intelectual; ao contrário, “a pesquisa é um esforço dirigido para aquisição de um determinado conhecimento”, havendo sempre a preocupação de descobrir e explicar os fenômenos que fazem parte de uma determinada realidade (BARROS; LEHFELD, 1990, p.29). acrescentar na bibliografia

Portanto, o conhecimento científico busca a definição de uma temática, e de uma metodologia que torna possível a construção e a reconstrução do conhecimento sobre o objeto estudado. No percurso metodológico o pesquisador tem uma maior aproximação à realidade, porém nunca detém a própria realidade. De acordo com Lucáks, “o ato de conhecer, no seu primeiro impulso, é uma descoberta repleta de incerteza e de dúvida. Sua raiz é o julgamento desconfiado, seu sucesso, seu acesso verificado” (1969, p.25 apud, MINAYO, 2000, p.228).

Na perspectiva de compreendermos as múltiplas determinações do objeto de estudo, os procedimentos teóricos – metodológicos que utilizamos foram: a definição dos tipos de pesquisa, a delimitação do universo da pesquisa, os instrumentais técnicos a coleta de dados e a análise e interpretação dos dados. O estudo se fundamentou em uma pesquisa de caráter exploratório–descritivo e, como suporte de construção teórico-metodológica, contempla a pesquisa bibliográfica e observação participante.

A pesquisa bibliográfica possibilitou aprofundarmos os conhecimentos acerca do objeto pesquisado, através de leituras e fichamentos sobre a temática, bem como

da produção de textos, os quais permitiram dar conta das categorias básicas e centrais da pesquisa qualitativa.

A problemática em estudo parte de uma realidade concreta. O relato, a análise das informações e os resultados obtidos estão sistematizados em três capítulos

No primeiro capítulo discorreremos sobre a Questão Agrária no Brasil: as relações históricas e o contexto atual, fazendo breve histórico sobre a distribuição da terra no Brasil, o contexto agrário no Rio Grande do Norte e a atual conjuntura dos assentamentos no Brasil e no Rio Grande do Norte.

O segundo capítulo trata sobre o Desenvolvimento sustentável, meio ambiente e uso da terra na perspectiva da globalização do capital, buscando compreendermos como surgiu o conceito de “desenvolvimento sustentável” e o que levou os países a procurarem um desenvolvimento que conduzisse a um crescimento econômico, mas que considerasse o meio ambiente, a sociedade.

O terceiro capítulo enfoca o município de Maxaranguape e suas características sócio-políticas e ambientais, a constituição do Assentamento Novo Horizonte II, o desenvolvimento sustentável e a cultura, na perspectiva dos recursos naturais. Nele, fazemos a análise dos dados coletados através dos questionários e das entrevistas.

Por fim tecemos algumas conclusões sobre o desenvolvimento sustentável no Assentamento Novo Horizonte II, enfatizando a importância do processo organizativo e participativo da comunidade na superação de alguns problemas que requerem união e envolvimento de todos os moradores para reivindicar e cobrar do poder público uma maior. Temos claro que, dado o limite deste trabalho, novas leituras e abordagens podem ser elaboradas a partir de um novo olhar sobre a problemática abordada.

CAPÍTULO I – Questão agrária no Brasil, Assentamento Rural e Desenvolvimento Sustentável.

1.1. Questão agrária no Brasil as relações históricas e contexto atual

No Brasil grande parte da população rural vive em condições de miséria, realidade que está diretamente relacionada com a modernização conservadora da agricultura brasileira e o processo discriminatório das políticas públicas voltadas para o campo: criam-se projetos¹, mas uma pequena quantidade de pequenos e médios produtores são beneficiados, outro fator que contribui para o aumento da miséria no campo é a concentração de terras. De modo que, o relatório da ONU, traz registro:

De acordo com o governo, 22 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de extrema pobreza no Brasil, o que significa que eles não têm como comprar a cesta básica de alimentos, que fornece o mínimo de calorias necessárias para um indivíduo por dia. De acordo com o PT (Partido dos Trabalhadores), 44 milhões de brasileiros sofre de fome e desnutrição. De acordo com Dom Mauro Morelli, um importante bispo da igreja católica que tem dedicado sua vida aos pobres no Brasil, existem 53 milhões de famintos no Brasil (...)

Nas áreas rurais, os famintos e desnutridos são os trabalhadores sem terra, que freqüentemente ganham salários deploravelmente baixos, e pequenos produtores rurais, que lutam para sobreviver da terra. Em muitas regiões do país vastas áreas de terras agrícolas férteis permanecem improdutivas enquanto quase 4,8 milhões de famílias de camponeses sem-terra (arrendatários, parceiros posseiros ou pequenos produtores) lutam para sobreviver em propriedades menores que cinco hectares e que se beneficiariam com propriedades maiores para cultivar suas plantações de alimentos (...)

Em termos absolutos mais pessoas estão em situação de pobreza agora do que há 20 anos atrás (54 milhões comparados com 52 milhões) “O Brasil continua sendo um dos países mais desigual do mundo, e o crescimento econômico tem beneficiado mais os ricos do que os pobres, como resultado desta persistente desigualdade “(Relatório da Organização das Nações Unidas)

¹Projetos de irrigação, projetos para produção agrícola, etc.

A concentração de terras fixa a ampliação dos latifúndios tradicionais em empresas, concretizando-se, assim, o poder. Implica também a redução da produção direta de alimentos de primeira necessidade. A aglutinação, sem nenhum planejamento socioeconômico, de populações nas áreas urbanas da capital e na sede dos municípios, além de provocar a formação, no meio rural, de núcleos populacionais, no meio rural, registrando uma espécie de urbanização rural, o que em relação a algumas localidades pode ser denominada de “favelização rural”. Tudo isso em nome do grande capital, que no caso do Brasil, é facilitada pelo Estado, através de subsídios fiscais e créditos agrícolas em favor dos grupos econômicos e dos latifundiários:

(...) Na atual estrutura fundiária brasileira, 52.513 proprietários, cerca de 0,9 do total possuem 16.813,520 hectares, 43,8% da área total. Enquanto isso, uma multidão de mais de três milhões de pequenos proprietários, cerca de 53%, do total, possuem apenas 10.1597.37, algo como 2,7 da área disponível (LEROY, et al; 2002, p.105)

Toda esta realidade está relacionada a um contexto histórico de distribuição de terras que tem sua origem na época da colonização do Brasil.

1.2 – Breve considerações sobre a distribuição de terra no Brasil

A questão agrária brasileira tem sua gênese no período da colonização, com a chegada dos portugueses, especificamente quando o rei de Portugal decidiu dividir o território brasileiro em grandes faixa de terras e instituiu o regime de capitânicas hereditárias, dividindo o Brasil em doze grandes propriedades, doadas a representantes da nobreza e aos militares amigos da coroa portuguesa, denominados donatários. Estes, por sua vez, tinham o poder de doar seus lotes, as sesmarias², sob a condição de que fossem exploradas economicamente.

² A sesmaria é um instituto jurídico português (presente na legislação de terras desde 1375) que normatiza a distribuição de terras destinadas à produção. Esse sistema surge em Portugal durante oséculoXIV, quando uma crise agrícola atinge o país. O Estado, recém-formado e sem capacidades de organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares essa função. Colocar referências

Nesse sentido, alguns aspectos foram importantes na instituição do regime de capitanias: a defesa do território, cada vez mais visado por outras potências mercantilistas; a crise do comércio com as Índias, que levou Portugal a introduzir o cultivo da cana-de-açúcar - com a finalidade de abastecer o comércio europeu, já que a atividade extrativa do pau-brasil estava submetida a uma exploração predatória e se esgotava rapidamente pelo corte intensivo; e a necessidade de povoamento, buscando-se fixar o homem à terra, uma vez que “a indústria extrativa do pau-brasil tinha necessariamente de ser nômade; não era capaz, por isso, de dar origem a um povoamento, regular e estável” (Prado Jr. 1986, p.26) . Aliado a esse povoamento, o processo produtivo deveria permitir que Portugal mantivesse sua posição privilegiada dentro do sistema mercantilista europeu, resultando, dessa forma, em grandes doações de terras a quem se aventurasse a vir para o Brasil, pois as sesmarias como eram chamadas, foram para pessoas de grandes posses, que pudessem explorar o país.

A distribuição em sesmarias ocorreu dividindo-se a costa brasileira, em doze setores lineares com 30 a 100 léguas de extensão. As que se situavam, na faixa litorânea eram destinadas à produção de açúcar, podiam ter outro tipo de exploração. Os seus titulares desfrutavam de grandes regalias e poderes soberanos, cabendo-lhes nomear autoridades administrativas e juízes, em seus territórios. O regime de posse da terra era o da propriedade plena e alodial³.

As doações foram muito grandes, pois sobravam terras e o desejo dos pioneiros escolhidos era tornarem-se grandes senhores e latifundiários. Além do, mas, a cultura da cana só era viável economicamente, em grandes plantações, requerendo para tanto grandes extensões de terras.

Essas foram as circunstâncias que determinaram o tipo de exploração agrária adotada no Brasil, o da grande propriedade. Assim que:

A ocupação do território brasileiro se faz em função dos interesses mercantis europeu, implicando no estabelecimento de grandes unidades de produção. A produção que deve ser realizada é a produção para o comércio mundial. As condições dessa produção são condições determinadas por esse mesmo comércio. (SILVA 1978, p.18)

³Quer dizer livre de encargos feudais

A partir daí, surgiram os latifúndios escravistas, por haver uma necessidade de exportação em grande escala e a mão-de-obra ser escassa. Essas condições definem também a estrutura de classe da colônia, compondo com duas classes fundamentais: senhores e escravos. Porém, além destas, havia outras categorias: brancos empregados, índios, negros livres e mestiços que desenvolviam várias atividades: uns eram técnicos que trabalhavam no próprio latifúndio, outros se dedicavam ao pequeno comércio e outros ainda eram agricultores - ocupavam pequenos pedaços de terras onde produziam para subsistência e vendiam parte nas feiras das cidades, dando origem à pequena produção no Brasil.

Essas pequenas unidades de produção se expandem rapidamente com o fim do regime de sesmaria, em 17/07/1820, aliado à ausência de uma legislação que regulasse a posse das terras devolutas e às condições de crise da economia exportadora. SILVA (1978, p.29) afirma:

A recuperação econômica, em meados do século XIX, com o surgimento de um novo ciclo exportador (o do café), bem como as novas condições que o desenvolvimento do capitalismo na Europa impõe às ex-colônias, vai significar a redefinição da política de terras. Essa redefinição se configura na Lei de Terras de 1850.

A Lei da Terra definia que todas as terras devolutas só poderiam ser adquiridas mediante compra e venda. O interesse dessa lei estava em dificultar o acesso às terras e com o lucro obtido nas vendas das terras, apoiar a imigração; direcionando os imigrantes para trabalharem como assalariados nas lavouras de café, pois, com a abolição do tráfico de escravos havia uma carência de mão-de-obra. Isso demonstra que a Lei da Terra também teve um papel importante no surgimento de um novo mercado de trabalho, o trabalho assalariado.

Com o fim do regime escravocrata, “o fundamental para o domínio econômico passou a ser o domínio da terra. A terra passou a ter um preço importante. Dominar a terra passou a significar dominar a própria economia”. (GORENDER; 1987, p.28).

Com a Proclamação da República, a Constituição Federal de 24 fevereiro de 1891 estabeleceu que as terras devolutas ficassem sob o domínio dos estados.

Essa decisão beneficiou as oligarquias regionais e serviu também de sustentação política para o regime republicano, uma vez que favorecia a autonomia política dos Estados, além de servir de instrumento de dominação e poder nas mãos das classes dominantes como afirma MARTINS :

Por esse meio, as classes dominantes de cada estado podia distribuir as terras públicas de acordo com os seus interesses econômicos e políticos aos seus próprios membros, aos seus cabos eleitorais, clientes e protegidos. (1994, p.20 *apud*.MARINHO)

Posteriormente, com o Código Civil de 1917, ficou proibido revalidar-se as concessões das sesmarias e a legitimidade de posse, de terras de propriedade do Estado, salvo em situações e demarcações amigáveis.

Em 1946, a Constituição Federal voltou a tratar da questão da terra, estabelecendo que: a) o uso da propriedade da terra passaria a ser baseado no bem-estar social, e a lei teria poderes para promover a justa distribuição da propriedade; b) seria assegurado o direito de propriedade, só sendo permitidas as desapropriações por necessidade, utilidade pública ou interesse social, desde que desde que acompanhadas de acoplada de uma prévia e justa indenização em dinheiro; c) ficariam isentas de qualquer tributação as propriedades com até 20ha. que fossem exploradas diretamente por seu dono/familiares; d) aqueles posseiros em terras devolutas que comprovassem moradia na área teriam preferência para a compra de até 25 ha.; e) aos Estados seria proibido o direito de vender ou conceder terras públicas com área superior a 10 mil hectares.

Todo esse processo foi inviabilizado por se ter estabelecido o pagamento prévio em dinheiro correspondente ao valor do imóvel para poder haver as desapropriações.

Apesar desses limites, no final dos anos 50 alguns governos estaduais realizaram desapropriações ou promoveram assentamentos de trabalhadores em terras públicas em resposta às tensões sociais que vinham crescendo a cada dia, pois, desde o início dos anos 40, registravam-se, no cenário brasileiro, vários movimentos sociais; dentre eles as Ligas Camponesas, que tinham como bandeira de luta a reforma agrária. Isso demonstra que as lutas sociais no campo tiveram papel muito importante no encaminhamento de discussões sobre a posse da terra e a posição das classes dominantes acerca dessa questão.

No início dos anos 60, intensifica-se a demanda por reforma agrária, resultando na criação da Superintendência de Política e Reforma Agrária - SUPRA e na extinção do INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) e do SSR (Serviço Social Rural) em decorrência das reivindicações das organizações dos trabalhadores do campo:

À medida que a força dos trabalhadores do campo começou a crescer politicamente, como ocorreu entre 1955 e 1964, os que queriam o enfraquecimento político dos latifundiários perceberam que alguma coisa estava errada, pois não queriam pagar o preço do fortalecimento político dos trabalhadores rurais e menos ainda pagar o preço político de uma modificação ampla no regime de propriedade da terra, que era exigida pelos trabalhadores por meio da reforma agrária - a terra para quem nela trabalha. (MARTINS; 1984 p.21).

Em 20 de novembro de 1964, o presidente Castelo Branco sancionou a Lei nº 4504, criando o Estatuto da Terra, no qual foi instituído o programa de colonização, mas não se fez distinção entre latifúndio e empresa rural, apesar de ter como proposta promover o desenvolvimento do campo.

Dessa forma, o governo procura “conciliar a ocupação e a utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista”⁴, o que demonstra que a real proposta do Estatuto era munir o Estado de instrumentos que permitissem administrar os conflitos sociais evitando que no Brasil houvesse uma revolução agrária no campo e promover a expansão da agricultura empresarial, atendendo ao interesse do capital.

O Brasil, nessa época vivia em plena ditadura militar, e o que interessava aos grupos dominantes (burguesia nacional e internacional), era garantir a continuidade de um regime monopolista. Assim as classes populares (operariado e campesinato) foram excluídas desse novo pacto social que o regime impunha, através de grande repressão: política e econômica.

A política agrária da ditadura, definida no Estatuto da Terra, estava destinada a privilegiar o surgimento de empresas rurais, incentivar o crédito rural para grupos privados, estimulando os proprietários de terras a modernizarem suas propriedades, associando-se ao grande capital.

⁴ Ver José de Souza Martins. Militarização da Questão Agrária no Brasil

O Estatuto revela assim sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital. É um instrumento de cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseado nos incentivos à progressiva e ampla penetração do grande capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto em que podem transformar-se em tensões políticas. O Estatuto está no centro da estratégia do governo para o campo e se combina com outras medidas de cerco e desativação dos conflitos, das reivindicações e das lutas sociais. (MARTINS 1984; p.35)

Trata-se, portanto, de uma política ambígua, pois, ao invés de atenuar os conflitos, multiplica-os: a política de incentivos fiscais implementada pelo governo militar expulsa os trabalhadores de suas terras - provocando o êxodo rural - em prol da instalação de grandes empresas, acentuando as tensões.

A alternativa encontrada pelos militares para resolver as tensões sociais no campo foi incentivar a migração de trabalhadores do Nordeste, do Sul e do Sudeste para o norte do país. No entanto essa tentativa de acalmar os conflitos não foi bem sucedida, pois, ao estimular grupos econômicos a investirem na região, provocou expropriação e grilagem e contribuiu para um processo de revolta e resistência. O governo tentou administrar os conflitos desarticulando os grupos, desmoralizando lideranças, sindicatos e igrejas, com condenações e tortura, através da lei de Segurança Nacional. Interveio na vida das populações rurais através de projetos com o MOBREAL e Projeto RONDON, na tentativa de manter a ordem social.

Dentro dessa política de governo, foram criados o IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária –, encarregado de executar apenas a reforma agrária⁵, e o INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário –, responsável por atividades de colonização e extensão rural. A existência desses dois órgãos ressalta a separação que o regime ditatorial fazia entre a questão agrária e a questão agrícola, subordinando à questão da terra a reprodução ampliada do capital. Posteriormente, esses órgãos foram extintos e substituídos pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –, porém as questões agrária e agrícola mantiveram-se separadas, “indicando o sentido que concretamente estava sendo dado à problemática questão agrária no regime militar”⁶.

⁵ “A reforma agrária ficou, portanto, circunscrita aos casos de tensão social grave”, sendo descartada a possibilidade de uma reforma agrária em nível nacional.

⁶ Os movimentos pré-64 e o Estatuto da Terra. Leonilde Sérvolo de Medeiros; Universidade Aberta, p.3.

Quando o regime militar começou a entrar em declínio, foi retomada a luta pela redemocratização do país e pela reforma agrária. Na primeira metade da década de 70, os movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos se consolidaram em novas organizações políticas e sindicais.

Em 1973, a CONTAG⁷ promoveu o II Congresso Nacional, buscando reativar a luta pela reforma agrária na perspectiva do cumprimento do Estatuto da Terra. Levantava as seguintes considerações: que a reforma agrária deveria ser um processo global; que não se confundisse reforma agrária com colonização; que ela não se resumisse à transferência dos camponeses para áreas distintas daquelas em que habitavam; que o passo fundamental da reforma agrária seria o da redistribuição de terra⁸.

Alguns anos depois, em 1979, ocorreu o III Congresso da CONTAG, o qual divergiu do anterior no sentido de não mais reivindicar, mas exigir, uma reforma agrária massiva⁹, orientando as lideranças a desenvolverem um trabalho de base organizado, para que os posseiros pudessem resistir às pressões, permanecerem na terra e conseguir a titulação. Orientou ainda os parceiros para resistirem na terra e não aceitarem saídas amigáveis e incentivou também os sindicatos a se tornarem “instrumentos de lutas desvinculando-se do Estado” e irem além dos interesses da classe, buscando aliados na luta política.

A Igreja Católica, representada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) lançou, em 1980, um documento – “Igreja e Problemas da Terra” – dando apoio aos trabalhadores do campo para uma reforma agrária:

A Igreja Católica - enquanto instituição que desde o desenvolvimento havia se colocado ao lado do latifúndio no Brasil - concretizava assim a sua opção preferencial pelos pobres. E se dispunha a impulsionar a luta dos trabalhadores rurais e urbanos pelos seus direitos, entre os quais o acesso à terra.”Silva1986,p.50).

Assim, a Igreja, começa a participar ativamente das lutas, através das pastorais: CPT (Comissão Pastoral da Terra), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), PO (Pastoral Operária), CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e outras.

⁷ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

⁸ Ver José Graziano, Para Entender o PNRA.

⁹ Que dê acesso à terra a milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (GRAZIANO, José. Para Entender o PNRA).

Dando continuidade à luta dos trabalhadores em agosto de 1981 realiza-se a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras – CONCLAT –, da qual participaram de dirigentes sindicais de todo o Brasil e de diversas categorias, levantando bandeiras de luta contra o desemprego, reforma agrária, direito à moradia, contra a carestia, pela liberdade e autonomia sindical, e pela liberdade democrática.

A CONCLAT buscava unificar as lutas dos trabalhadores, conclamando-os para um “Dia Nacional de Luta”, com a intenção de construir a Central Única dos Trabalhadores – CUT¹⁰.

Nessa mesma época, surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)¹¹, com organização própria e práticas divergentes das do sindicalismo rural, uma vez que a ação principal do primeiro era a ocupação de terras ociosas, forma considerada radical pelo sindicalismo. Apesar das divergências entre sem terras e sindicatos, havia uma luta que unificava os sindicatos rurais, urbanos e os sem-terra: a luta pela reforma agrária.

Em 1983, é lançada a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, marcando o começo de uma grande mobilização, que dá continuidade às lutas dos trabalhadores brasileiros e ampliando-as: “Ela visava somar os esforços do setor urbano à luta dos trabalhadores rurais; e se destinava fundamentalmente a esclarecer a população urbana sobre as vantagens que teria com uma reforma agrária no Brasil” (SILVA1986; p.55).

¹⁰ Essas intenções não se concretizaram, devido às divergências político-partidárias entre dirigentes sindicais, uma vez que de um lado, estavam os ligados ao PT que apoiavam a proposta da CUT; de outro os sindicatos mais conservadores avesso a proposta. A diretoria da CONTAG apoiava os mais conservadores, abarcando o movimento sindical de trabalhadores rurais numa luta alheia às suas bases. Em consequência, a CUT procura ampliar suas bases no sindicalismo rural estimulando oposições sindicais e fundação de novos sindicatos, como ressalta Graziano, em Para Entender o PNRA.

¹¹ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje, o MST está organizado em 22 estados e segue com os mesmos objetivos definidos nesse encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

Conforme Lesbaupin, “o Brasil está no auge do processo de construção de um Estado nacional” (1999, p.7) quando são construídas as principais propostas políticas da Nova República, um programa sucinto, com seis pontos, entre os quais: “Acesso a terra, apoio à produção agropecuária e melhoria das condições de vida das populações rurais”.

No entanto, embora sendo uma proposta democrática a nova república não trouxe mudanças profundas para a estrutura fundiária: estava travestida de conservadorismo e com um discurso aparentemente unificador, de modo que só tratava de determinadas questões de maneira moderada.

Como a chegada da Nova República, o MIRAD/INCRA elaboram o I PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária –, fundamentado no Estatuto da Terra, o qual apresentava a reforma agrária como um programa da área social, visando à viabilidade agrícola. O I PNRA tinha como objetivo geral:

Mudar a estrutura fundiária do país distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e assegurando um regime de posse e uso da terra que atenda aos princípios da justiça social e o aumento da produtividade, de modo a garantir a realização sócio - econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural.(SILVA, 1986; p.11 *apud*. MARINHO).

Como uma das diretrizes do PNRA era atingir prioritariamente a especulação, os grandes conglomerados, os empresários, de modo geral, sentiram-se incomodados e reagiram ao programa, criando a UDR (União Democrática Ruralista), que representaria os interesses empresariais agrários e buscaria somar forças contrárias à reforma agrária. A rapidez e a eficiência da UDR provocaram recuos no Plano Nacional de Reforma Agrária, ficando evidente a modernização do campo por meio dos complexos agroindustriais que consolidava o monopólio da terra.

Neste sentido, é importante mostrar que o PNRA previa o assentamento de 1,4 milhão de trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente, no período de cinco anos, para os quais seriam arrecadados 43 milhões de hectares, quando, na realidade, foram, assentadas nesse período, 89.950 famílias, numa área de 4.492.813 ha¹². Ficava evidente que esse resultado só foi possível devido às pressões exercidas pelos movimentos sociais.

¹² Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diretrizes para o Programa Nacional de Reforma Agrária

Constata-se, que entre vários impedimentos ocorridos para a execução do PNRA, a promulgação da Constituição de 1988 é considerada pela maioria dos analistas, como o “tiro de misericórdia na reforma agrária”, pois, em diversos aspectos, a nova Constituição apresenta um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra, demonstrando algumas fragilidades¹³:

- a) recuou, lamentavelmente, afrouxando o instituto da desapropriação por interesse social, tanto na abrangência (art.185) como no tocante à exigência do prévio pagamento (art.184);
- b) não resgatou o critério decretado pelo governo militar do Marechal Costa e Silva (com as assinaturas dos constituintes de 1987-88 Delfim Netto e Jarbas Passarinho) de fixar o valor declarado para fins de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) como limite para o valor das indenizações (AI 9 - Ato Institucional nº 9, de abril de 1969);
- c) recuou também rebaixando de 100 para 50 ha o limite do instituto de usucapião;
- d) manteve praticamente inalterado o limite para alienação ou concessão de terras públicas, já que passou apenas de 3000 para 2.500 ha, quando, na etapa interconstitucional anterior, a redução foi de 10.000 para 3.000 ha (MARINHO;1994, p.130).

Dessa forma, verifica-se que o tratamento dado à questão agrária na Nova República confirma as fortes marcas conservadoras na sociedade brasileira, demonstrando que não houve, por parte dos governantes, interesse em fazer uma reforma agrária ampla e massiva.

No governo de Fernando Collor (1990-1992), o programa de assentamentos foi paralisado, cabendo registrar que, nesse período, não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária. O governo de Itamar Franco (1992-1994) retomou os projetos de reforma agrária. Foi aprovado

(versão preliminar) Brasília, abril de 1985. (*apud*; Severina Garcia Projeto de Pesquisa: A PRODUÇÃO FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - 1985-1995: VIABILIDADE OU UTOPIA?).

¹³ Expresso no capítulo III do Título VII da Carta de 1988.

um programa emergencial para o assentamento de 80 mil famílias, mas só foram atendidas 23 mil com a implantação de 152 projetos, numa área de 1.229.000 ha.

Contudo o governo FHC – Fernando Henrique Cardoso – é obrigado a dar respostas após a pressão dos movimentos sociais rurais, além do aumento do número de ocupações de terra e crescentes conflitos, como os de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, o que demonstra, mais uma vez, que não há no país um programa de reforma agrária. Conforme Leite(1999;p.170) o que existe é uma política de assentamentos:

Nesse sentido, uma análise do período mais recente não permite qualificar rigorosamente esse processo como reforma agrária. Na realidade trata-se de fazer um rápido balanço da política de assentamentos, que, pontualmente e setorialmente, tem forçado o governo a dar respostas às ações desencadeadas pelos movimentos sociais, os mais *diversos*, num período de pelo menos quinze anos para cá, agindo, de certa forma, diferencialmente ao longo deste percurso temporário. (1999: da 170)

Nesse sentido não é somente o número de famílias assentadas que é importante para a reforma agrária: dos assentamentos realizados no governo de FHC, 62% estão localizados na Amazônia, onde antigos posseiros foram transformados em assentados; destes 27% são referentes a projetos de governos anteriores; do total 90% não dispõem de abastecimento de água; 80% não têm acesso a estradas e a energia elétrica; 57% não tiveram acesso ao crédito para habitação; e 53% estão excluídas de assistência técnica. Portanto, o simples assentamento de famílias, sem uma infra-estrutura adequada, não proporciona às famílias assentadas as condições mínimas de sobrevivência na terra. A maioria desses assentamentos integram a chamada “reforma agrária de mercado”, que ocorrem com a criação do Banco da Terra pelo governo FHC, seguindo orientações do Banco Mundial.

A comercialização de terras se tornou um grande negócio para os latifundiários, que puderam vender suas terras improdutivas a preços superiores aos vigentes no mercado, com pagamento à vista ou em TDAs – Títulos da Dívida Agrária, que puderam ser investidos no processo de privatização das empresas

estatais, conduzido pelo mesmo governo. O custo total da política de assentamentos de FHC foi de R\$ 20 bilhões (R\$ 40 mil por família assentada), o programa de reforma agrária mais caro da história brasileira. Como resultado, os latifundiários foram beneficiados e a maioria dos assentados não conseguiu pagar as terras que adquiriu, devido ao adicional de altos juros. Além disso, FHC criou uma medida provisória que impedia por dois anos a utilização de áreas ocupadas para fins de desapropriação e os ocupantes foram excluídos de futuros assentamentos.

Essa foi a situação herdada pelo governo Lula que até agora precisa ser enfrentada. Os latifundiários e a maioria do Judiciário impedem a desapropriação dos latifúndios, o que ficou evidente já na primeira tentativa de desapropriação de uma fazenda de 13 mil hectares de terra improdutivo no Rio Grande do Sul. Além disso, os latifundiários vêm constituindo milícias armadas para impedirem as ocupações de terra. Entre 1980 e 2002, foram assassinados 1.280 trabalhadores em conflitos de terra no Brasil e, nesse período, foram registradas 44 mortes em 171 ocupações. Considerando-se os empecilhos jurídicos, a implementação da reforma agrária fica condicionada quase exclusivamente ao pagamento de indenizações de terra e suas benfeitorias, uma situação na qual o reduzido orçamento para a reforma agrária e a metodologia de cálculo para definição do superávit primário da política econômica do governo assumem uma importância decisiva.

Para 2003, o MDA dispôs de R\$ 462 milhões, o suficiente para o assentamento de, no máximo, 22 mil famílias, o que estava muito aquém das 60 mil famílias anunciadas pelo governo como meta de assentamento até março de 2004. De acordo com o ministro Miguel Rossetto, seriam necessário, no mínimo, R\$ 1 bilhão para cumprir a meta desse ano. O MST reivindicou um orçamento de R\$ 2 bilhões para assentar as 130 mil famílias acampadas ainda em 2004. A resposta da área econômica do governo às solicitações foi, contudo, muito mais trágica: do orçamento de 2003 foram gastos apenas R\$ 162 milhões para assentamentos.

Outro problema foi a metodologia de cálculo para a definição do superávit primário. A utilização dos TDAs, que serviam de instrumento para indenização das terras em processo de desapropriação, estaria contribuindo para o endividamento público, segundo a interpretação do Banco Mundial e da “área econômica” e, por isso, não deveriam mais ser aplicados para reforma agrária.

O MDA está em frontal contradição com a política da “área econômica” do governo, concordando com as concepções do MST, e inclui a agricultura familiar como prioridade, com o objetivo de reduzir o número de agricultores que perdem suas terras. Pela primeira vez na história, um governo brasileiro reconhece a legalidade das ocupações de terra e a contribuição destas para a implementação da reforma agrária. Ao invés de combater a ação do MST, o governo procura combater a violência dos latifundiários. Segundo a concepção do MDA, os assentamentos não devem mais ser constituídos como uma reação às ocupações de terra, mas como parte integrante do modelo de desenvolvimento do atual governo.

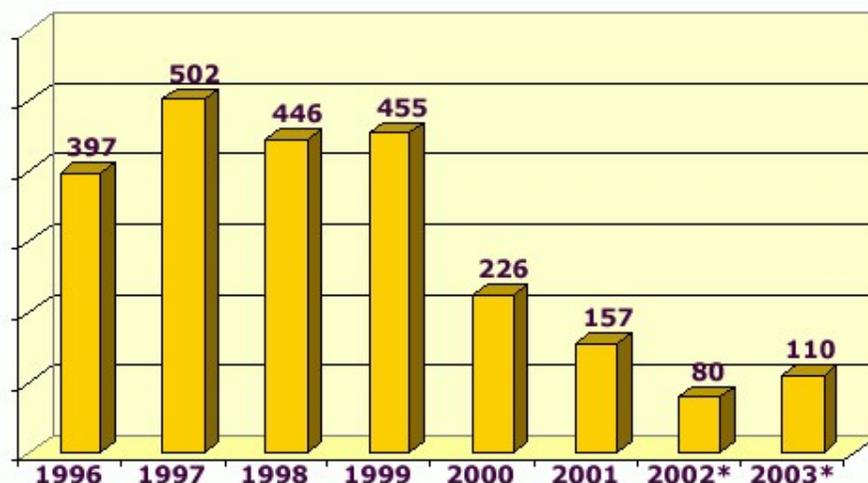
Nesse sentido, a política de assentamentos deve ser efetivamente integrada com outros programas governamentais, com os seguintes objetivos: a) distribuir a renda e combater a pobreza; b) gerar emprego e renda; c) estimular o mercado interno; d) democratizar o acesso à terra; e) estimular a soberania alimentar e a preservação ambiental. Tendo clareza deste desafio, o MDA também tem a tarefa de investir em infra-estrutura e na promoção da qualidade de vida nos assentamentos já constituídos. Isso pressupõe investimentos em assistência técnica, disponibilidade de crédito agrícola, construção de agroindústrias e de uma estrutura de comercialização que permita aos agricultores uma maior independência das grandes empresas que dominam o complexo agroindustrial.

Apesar de todas as dificuldades acima descritas, em 2003 foram assentadas 13.672 famílias – das quais em torno de 5.000 em novos assentamentos – e, ainda neste ano, deverão ser assentadas 28.296. Conforme o presidente do INCRA, Rolf Hackbart. 552.518 hectares de terra da União e 152.300 hectares do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que foram recebidos como pagamento de dívidas, por essas instituições bancárias estão à disposição da reforma agrária. O novo Plano Nacional de Reforma Agrária anunciado pelo governo Lula pressupõe, **que** até 2006, o assentamento de 400 mil famílias, o acesso a terra através do crédito fundiário para mais 130 mil famílias e a regularização fundiária para outras 500 mil famílias.

Com o objetivo de viabilizar economicamente a agricultura familiar, várias ações marcaram o governo até agora: a) os investimentos no Plano Safra, que somam o dobro do montante aplicado em 2002 (R\$ 5,4 milhões foram colocados à

disposição dos agricultores antes da safra deste ano, enquanto em 2002 foram investidos apenas R\$ 2,2 milhões); b) a renegociação das dívidas agrícolas, beneficiando 850 mil agricultores; c) a garantia de comercialização e de preço mínimo para os produtos agrícolas; d) a criação de linhas especiais de crédito para grupos específicos, como mulheres, jovens, agricultura ecológica, etc.

Invasões de Terra por ano



A reforma agrária no país é o desejo de milhões de agricultores que esperam por terra para produzir. Mas os dados recentemente divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre os investimentos na reforma agrária do país não convenceram os movimentos de luta pela terra. Os dois órgãos afirmam que cerca de 380 mil famílias foram assentadas nos quatro primeiros anos de mandato do governo Lula, com cerca de R\$ 4 bilhões investidos na obtenção de terras.

Portanto, para a realização de uma verdadeira reforma agrária é necessário que as políticas públicas extrapolem a distribuição de pequenos lotes de terras e que disponibilize: mais crédito rural e com menos burocracia; assistência técnica adaptada ao pequeno agricultor e voltada à agroecologia; educação, saúde e lazer de qualidade para o meio rural. Só assim é possível sonhar com uma reforma agrária eficiente e com um país muito mais digno.

1.3 - Assentamentos rurais no Brasil

Segundo Bergamasco e Norder (1996, p.07), o termo “assentamento” apareceu, pela primeira vez, no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, propagando-se depois para diversos países. Os autores dizem, ainda, que os assentamentos rurais são considerados como novas unidades de produção para reordenar o uso da terra em benefício de trabalhadores sem terra ou com pouca terra. Considerando-se que o termo “assentamento” se aplica à permanência do trabalhador rural na agricultura, os assentamentos rurais implicam também disponibilidade e condições adequadas para o uso da terra e incentivo à organização social e à vida comunitária.

A implantação de assentamentos no Brasil está vinculada historicamente à luta pela terra no país: com eles nasce a questão agrária contemporânea, sendo a luta pela terra uma das expressões, e a implantação dos assentamentos a expressão da conquista dos que estão na luta. Verifica-se, ainda, que os assentamentos também constituem uma estratégia do governo para tentar conter a violência e apaziguar os conflitos sociais no campo.

Segundo Leite e Medeiro (2004) os assentamentos representam um fato novo e importante na história recente da luta pela democratização do acesso à terra no país. A constituição de um assentamento significa abertura de novos horizontes de vida e trabalho, trata-se de um novo espaço de sociabilidade comunitária e representa uma nova forma de inserção econômica, política e social, além de trazer novos elementos para o debate sobre a questão agrária. Toda essa novidade representada pelos assentamentos aponta num período repleto de mudanças no Brasil no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, quando emerge novas lutas sociais e revigora a luta por terra. Esse é um período de abertura política em que diversas categorias de trabalhadores se unem na reivindicação de direitos como foi acima citado.

No que diz respeito aos trabalhadores rurais, esse momento foi um momento de retomada da luta por reforma agrária tendo como importante marco, no ano 1979, o III Congresso da CONTAG, no qual os trabalhadores rurais decidiram não mais reivindicar, mas exigir uma reforma agrária massiva¹⁴, orientando as

¹⁴ Que dê acesso à terra a milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. GRAZIANO, José. Para Entender o PNRA

lideranças a desenvolverem um trabalho de base organizado, para que os posseiros pudessem resistir às pressões, permanecer na terra e conseguir a titulação. Orientou, ainda, os parceiros para resistirem na terra e não aceitarem saídas amigáveis. Incentiva também os sindicatos a se tornarem “instrumentos de lutas desvinculando-se do Estado” e irem além dos interesses da classe, buscando aliados na luta política, o que torna público, necessidade de mobilizações e pressões para que essa reivindicação histórica possa concretizar-se (Leite e Medeiros; 1999 p.8), buscando apoio de diversos setores da sociedade inclusive da Igreja Católica.

Nesse período, no sul do país começaram a ocorrer acampamentos e ocupações de terra, que deram origem a movimentos organizados entre os quais destacam: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de Sobradinho e Itaparica, cujas barragens foram construídas pela Companhia Hidrelétrica de São Francisco, os quais se mobilizam junto com a CONTAG e CPT (Comissão Pastoral da Terra) reivindicando terras perto das margens do lago; dos atingidos pelas barragens de Itaipu (1978-1982) e do rio Uruguai (1980-1992) construídas centrais elétricas do Sul do País, e pela a barragem de Tucuruí, construída pelas centrais elétricas do norte do Brasil; como também o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Nesse contexto, na região norte, tem destaque a luta os seringueiros no Acre, para que não ocorra a derrubada de matas e seringais para serem transformados em pastagem, a qual teve repercussão nacional na pessoa de Chico Mendes.

Nesse sentido, a idéia de reforma agrária passa a compor a agenda governamental durante a Nova República, sendo colocada como uma questão prioritária para o desenvolvimento do país, e vai além dos interesses dos trabalhadores rurais, envolvendo também trabalhadores urbanos.

Assim, no ano de 1985, na perspectiva de elaboração do PNRA, intensificaram-se os debates e as estratégias de luta em torno da reforma agrária, provocando divergência dentro do movimento sindical rural, representado por duas correntes: a primeira era ligada a CONTAG e buscava uma reforma agrária ampla e massiva, com envolvimento dos trabalhadores; apoiava o PNRA e a Nova República; a segunda era ligada aos sindicatos cutistas, que posteriormente criaram o DNTR _ Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais __, com a participação do MST e do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, e tinha postura distinta da assumida pela CONTAG (Ferreira 1994, p.30)

Segundo Ferreira, houve um acirramento nas disputas no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais promovido pela CONTAG, período em que o governo federal anuncia a elaboração do I PNRA. Apesar das divergências em relação ao texto final do documento do encontro, as idéias convergiram, colocando assim o Estatuto da Terra como a gênese para uma política de reforma agrária, com a obtenção de se elaborar uma proposta séria para ser apresentada à Assembléia Nacional Constituinte:

Nessa proposta deveria estar contida uma série de pontos debatidos no congresso que implicavam não só em alterações profundas na lei, como também uma inversão de seus objetivos. Propunha-se, entre outras coisas, a possibilidade de desapropriação de empresas rurais o pagamento de benfeitorias das terras desapropriadas em títulos da dívida a agrária, estabelecimento de uma área máxima, definida em módulos rurais, perda sumária da propriedade acima de três módulos quando 50% de sua área agricultável não fosse utilizada, confisco de terras griladas ou com titulação duvidosa, distribuição gratuita de terras aos trabalhadores beneficiados pela reforma agrária etc. (Silva, 2003p.36).

Apesar de todas as mobilizações e reivindicações dos trabalhadores, a versão final do PNRA deu vitória às forças anti-reforma, que conseguem alterar o texto final de maneira que não se favorecessem os trabalhadores rurais, fortalecendo-se, no MST, a idéia de que reforma agrária não se ganha; se conquista (Bussinger, 1999 p.102) acrescentar na bibliografia. Assim, em outubro de 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova república foi lançado estabelecendo como meta uma política de assentamentos com perspectiva de assentar 1,4 milhões de famílias. No entanto 6,4 % da meta proposta foram atingidos.

Portanto é nos anos de 1980 e 1990 que o debate sobre a reforma agrária se intensifica e os assentamentos rurais surgem como categoria política, social e teórica. Esse surgimento é proveniente da ampliação das lutas por terra e do aumento dos conflitos, o que demanda do Estado uma resposta (Silva 2003, p. 37).

Nos conflitos do campo, possuíram uma grande variedade de parceiros e atores foram envolvidos, sendo possível constatar que os assentamentos foram criados a partir da lógica de intervenção governamental. Eles foram classificados por alguns estudiosos em cinco tipos: 1) assentamentos provenientes dos projetos de

colonização formulados durante o regime militar, com o objetivo de ocupar áreas devolutas e a expandir da fronteira agrícola; 2) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; 3) assentamentos originários dos planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória, 4) assentamentos de programas de reforma agrária através da desapropriação por interesse social; 5) assentamentos para criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades voltadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis.

Portanto, a constituição de um assentamento é um processo que, além de envolver múltiplos sujeitos, pressupõe a existência de uma multiplicidade de dimensões, incluindo tanto a questão produtiva quanto questões relacionadas à educação, à organização coletiva, a relação com o Estado nos âmbitos federal, estadual e local e a relação entre os próprios assentados.

É particularmente nesse espaço onde emerge essa multiplicidade de dimensões que se coloca a possibilidade de rupturas com as formas de relações centradas no clientelismo e nas dependências pessoais, oriundas das relações patronais vivenciadas no interior das fazenda. Para Araújo (1999, p.185):

a experiência dos assentamentos rurais configura um cenário de diversas faces e múltiplos confrontos um espaço em construção onde interagem sujeitos sociais com projetos distintos: trabalhadores rurais, Estado, Igreja, sindicatos, partidos políticos, Organizações Não governamentais etc.

1.4 – O contexto agrário no Rio grande do Norte e surgimento dos assentamentos



O Rio Grande do Norte não diverge do restante do país no que diz respeito ao contexto agrário. As ações desenvolvidas nesse estado, no âmbito da reforma agrária, também seguiram a lógica de desenvolvimento local e tiveram como suporte a fonte de financiamento do PROCERA e PRONAF, além de tentar uma vinculação integral com o mercado.

Pesquisando sobre o passado, foi possível compreendermos que os conflitos agrários e sociais têm sua origem no período colonial, quando, por ocasião da chegada dos portugueses, vários genocídios foram cometidos contra os índios. Na tentativa de ocupação, diversos foram os processos agrários e sociais de luta pela posse da terra (MOURA 1993; VARGAS, 1987 *apud* ARAÚJO).

No período de 1850 a 1889, Monteiro no livro *crise agrária e luta de classe* fala da ocorrência de 32 conflitos. Ele refere, ainda, à ocorrência, nesse período de diversos tipos de conflitos que transcorre nesse período no Nordeste brasileiro: banditismo, revolta, coronelismo, recrutamento, eleições montis, urbanos e escravos. (MONTEIRO 1980 p.24)

Assim, a existência de conflitos de terra atravessa séculos e tem sua gênese no período colonial. Vários estudos mostram a história de tensões, no Rio Grande do Norte entre os trabalhadores rurais e os proprietários fundiários, muitas vezes sendo necessária a interferência do Estado para apaziguar os conflitos. Um exemplo desses conflitos é surgimento, no sertão, na zona da mata e no agreste do

“fim da terra de permissão” com a expulsão dos moradores, o que fez emergir no Estado do Rio Grande do Norte o movimento sindical das Ligas Camponesas no fim da década de 1950 e início dos anos de 1960 como resultado claro de um processo de violência, expulsão e expropriação de diversos segmentos sociais: foreiros, agregados, arrendatários etc., que ocorreu antes da ditadura militar (Silva 1995 p.84 mimeo).

Há registro de que, no início da década de 1960, quando emergia o sindicalismo rural no Rio Grande do Norte, houve inúmeros conflitos entre os fazendeiros, moradores e foreiros em diversas regiões do estado em muitos casos pelo simples fato de os moradores se filiarem ao sindicato. Assim, durante o período de 1960 a 1964 o processo de mobilização e reivindicações se amplia por todo o território norterio-grandense, denunciando as arbitrariedades nas relações de trabalho nas fazendas. Essa conjuntura vai refletir posteriormente, especificamente na década de 1970, com a ampliação dos confrontos entre latifundiários, grupos econômicos, empresários e órgãos estatais (ARAÚJO, 2005).

Dentro de um contexto mais amplo da modernização agrícola do Brasil, no Rio Grande do Norte na primeira metade da década de 1970, início dos anos de 1980, dois grandes projetos têm destaque quando se fala na expropriação dos pequenos produtores: o primeiro se refere à exploração de petróleo, e o segundo é a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Vale do Açu, para a qual foi desapropriada uma área total de 51.799 há., onde foram instaurados grandes complexos agroindústrias, com empresas de fruticultura irrigada.

No estado do Rio Grande do Norte o desenvolvimento desse processo industrializador, deu-se nos primeiros anos da década de 1970, quando se implementavam grandes projetos agroindustriais, incrementavam os programas habitacionais e o turismo tornava-se um objeto de preocupação empresarial. (SANTOS 2001)

Posteriormente, diante de diversas mudanças ocorridas no cenário nacional, refletindo um novo momento de reivindicação e luta, por ocasião da abertura política vivencia-se no estado um novo modo de tratar da problemática e dos conflitos agrários, que é a intensificação a in de uma política de assentamentos rurais.

Dados do INCRA e do Instituto de Terras do Rio Grande do Norte (ITERN) revelam que os primeiros assentamentos rurais foram formados nos anos de 1970, época em que foram desenvolvidos, em diversos estados do país, várias tentativas de intervenção fundiária, através de ações dos governos estaduais.

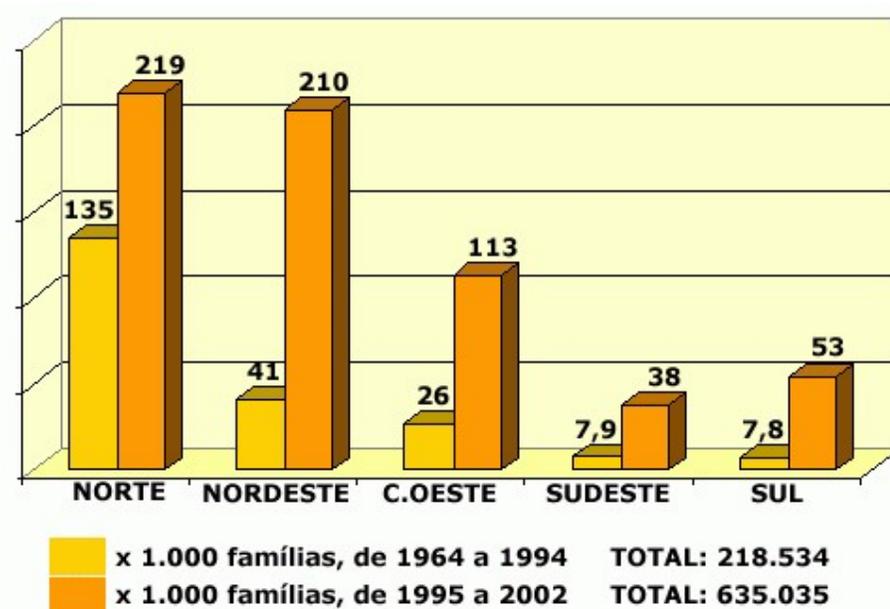
No período da Nova República, registra-se uma emergência de novos projetos de assentamento, o que pressupõe a existência de diferenciações significativas em relação aos assentamentos do período anterior, em função tanto das diferentes conjunturas quanto de outros fatores de ordem estrutural: a emergência de novos sujeitos de novas formas de luta e de intensificação dos conflitos no campo.

Nos anos de 1990, a exemplo do que vinha ocorrendo em vários estados do país, cresceu o número de assentamentos rurais, apontando para que se estabelecesse uma política de reforma agrária que, de maneira acanhada, começava a mudar a paisagem do meio rural brasileiro.

É importante destacar que dos 40, projetos de assentamento implantados ou em fase de implantação a partir da Nova República, 29 resultam de conflitos diretos em torno da propriedade da terra, obrigando o Estado a promover a desapropriação do imóvel. Isso aponta para a tese de que os assentamentos, em grande medida, são componentes de um processo de luta, de relações de poder, de interesses antagônicos em torno da questão agrária, entre atores diversos (trabalhadores, proprietários fundiários, o próprio Estado). Este, atendendo prioritariamente aos interesses dos grupos econômicos e latifundiários, tal como se viu no processo de modernização recente, ver-se-á na contingência de fazer concessões aos trabalhadores em luta.

Dados do INCRA registram, no período de 1995 a 2000, um aumento na criação de assentamentos no Brasil, em torno de 938%. No período de 1964 a 1994 foram criados apenas 360 projetos de assentamentos enquanto de 1995 a 2002 foram criados 3.736, uma média de 635 assentamentos por ano (INCRA 2002).

Assentamentos de 1964 a 2002



A diferenciação em relação aos assentados tende a acompanhar um leque que envolve pequenos posseiros, minifundistas, bóia-frias (muitos dos quais ex-pequenos produtores expropriados), assalariados e desempregados que sobrevivem precariamente (catadores de lixo, cortadores de grama, faxineiros, lavadeiras, etc.). Muitas dessas pessoas habitam as periferias da grande Natal ou cidades de porte médio.

O perfil dos assentados do Rio Grande do Norte, numa abordagem preliminar, revela um quadro pouco animador. A AACC - Associação de Apoio às Comunidades no Campo do Rio Grande do Norte, ONG que atua assessorando pequenos produtores, desenvolvendo importante trabalho, vem identificando recentemente um “verdadeiro processo de manipulação dos assentados por parte de organizações que estão acompanhando o processo de organização produtiva nas unidades de assentamentos, manipulação que envolve técnicos de órgãos estatais em negociações com fornecedores. O superfaturamento nas negociações entre técnicos/comerciantes/bancários.

Ainda segundo essa fonte, observa-se um elevado índice de inadimplência de assentados que tomaram empréstimos do FNE. As causas que transparecem “numa visão prévia” congregam um conjunto de fatores: projetos mal feitos, clientelismo político, organizações mal estruturadas, entre outros. A reprodução das

relações clientelísticas já se observa dentro do assentamento, com lideranças manipulando informações e utilizando uma política de favor, como forma de se manter na direção do projeto.

Verificou-se ainda nos assentamentos do Rio Grande do Norte, uma assistência deficitária, não existindo uma política, por parte do poder público, no sentido de proporcionar condições que garantam boa produtividade e as melhorias necessárias ao desenvolvimento da produção familiar nas unidades dos assentamentos. Os assentados sobrevivem entre a fronteira da produção de subsistência e o assalariamento sazonal, que o descaso por parte do poder público. A liberação da terra é feita apenas para livrar-se das situações conflitivas, entregando-se os trabalhadores pauperizados à sua própria sorte.

Nesse contexto, a situação dos assentados, em geral, só é diferente da dos que foram expropriados em décadas passadas e dos que já não dispõem de um pedaço de terra para habitar e praticar agricultura de subsistência; àqueles que habitam barracos à beira da estrada ou as favelas das cidades. Entretanto evidências empíricas apontam para a ausência de políticas que efetivamente permitam o desenvolvimento da agricultura de base familiar de forma abrangente, que incorporando os milhões de pequenos produtores excluídos, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO II – Desenvolvimento sustentável, meio ambiente e uso da terra na perspectiva da globalização do capital.

*“Depende de nós se esse mundo ainda tem jeito
apesar do que o homem tem feito
Se a vida sobreviverá”
Ivan Lins*

As constantes mudanças na economia mundial têm se acentuado desde os anos 1990, provocando impactos significativos no meio ambiente. Assim, a preocupação com a proteção ambiental vem, a cada ano, intensificando-se mais, principalmente no que se refere ao projeto de modernização ecológica, que tem o mercado como protagonista central da estabilização ambiental do desenvolvimento capitalista. Em todo o mundo, surgem organizações não-governamentais para pressionar os governos a elaborar e pôr prática leis ambientais mais severas, alertando para a necessidade de se preservar os recursos naturais, especialmente os não-renováveis.

Proteção do meio ambiente, agricultura sustentável, *agribusiness* – tais são os temas que ocupam o centro das controvérsias atuais sobre agricultura no mundo inteiro. Assim, a categoria “meio ambiente” não pode ser vista apenas como objeto da cooperação, mas também de contestação e conflito, uma vez que o ambiente não é composto de puros objetos materiais ameaçados de esgotamento, ele reflete também os problemas sócio-culturais vividos na atualidade, tendo como perspectiva a ampliação de direitos sociais, na busca por um chamado “desenvolvimento sustentável”.

Em termos conceituais, verifica-se que o termo “sustentabilidade”, emerge no contexto político da globalização econômico-ecológica, no sentido de revelar a “lei limite” da natureza, por efeito da automatização da lei estrutural do valor. A sustentabilidade ecológica surge, desse modo, como base para a reformulação da ordem econômica, como condição indispensável para a sobrevivência humana (Leff. 2004).

Esse forte vínculo que a sustentabilidade tem com a globalização busca garantir as condições de vida nos dias atuais, levando em conta os aspectos sociais,

econômicos, étnicos, culturais e ambientais, para que não sejam prejudicadas as gerações futuras.

O discurso da sustentabilidade, ou desenvolvimento sustentável, procura estabelecer um termo comum, com uma política de consenso, na tentativa de integrar diferentes interesses de países, povos e classes sociais que plasmam o terreno conflitivo da apropriação da natureza (Leff 2004:137).

Dessa forma, verifica-se que a sustentabilidade dos assentamentos não está desvinculada de um contexto mais amplo, que reflete nas relações político-econômicas do país, levando os trabalhadores rurais a lutar pela terra e por uma melhor qualidade de vida, na tentativa de obter o direito social do uso da terra por meio de uma reforma agrária que preconiza: direito a posto de trabalho e condições de trabalho; financiamento para os pequenos produtores; melhor distribuição de renda etc.; agricultura sustentável preservando a cultura e o modo de vida das populações rurais e o modo de gestão dos recursos naturais na produção agrícola.

Falar de desenvolvimento sustentável em um país marcado pela desigualdade social e que apresenta a maior concentração de renda do mundo é bastante complexo, principalmente na região Nordeste, em especial na área rural, onde se situam os maiores bolsões de pobreza do Ocidente. Diante dessa realidade, vários estudos mostram que os assentamentos, apesar das dificuldades, representam uma “melhoria no acesso à educação, à saúde, garantia de segurança alimentar, geração de emprego e de renda” (Leite et al, 2004). Eles provocam um impacto na região, com a chegada de recursos para a infra-estrutura refletindo no comércio local e sobre a vida econômica dos moradores do município.

2.1 – Desenvolvimento sustentável: o surgimento de um conceito

O termo “desenvolvimento sustentável” foi divulgado, pela primeira vez, por Robert Allen em um artigo intitulado “How to save the world”(Como Salvar o Mundo). Nesse artigo, ele fez uma síntese do livro *The world conservation strategy: Living resource Conservation for Sustainable development* (Estratégia mundial para a conservação), lançado em 1980 pela União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN), pelo fundo para a Vida Selvagem(WWF) e pelo Programa das Nações Unidas. O documento postula uma nova mensagem: a de que conservação

não é o contrário de desenvolvimento, introduzindo a noção de “desenvolvimento sustentável”. (Camargo, 2004)

Todavia o conceito de desenvolvimento sustentável é conseqüência de diversas discussões, debates e reflexões sobre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Portanto é possível discorrer sobre como as discussões acerca de desenvolvimento e meio ambiente fizeram emergir o desenvolvimento sustentável.

No entanto verifica-se que a partir dos anos 40 o período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela discussão a respeito do modelo de desenvolvimento e crescimento econômico (Camargo, 2004). Como conseqüência, o pós-guerra teria provocado, em algumas partes do mundo, um crescimento rápido, ocasionando diversos impactos negativos para o meio ambiente e estimulando uma mudança de valores, além de intensificar iniciativas sociais inspiradas na perspectiva de apresentar alternativas aos problemas do meio ambiente.

A partir dos anos 60 as discussões se intensificam, uma vez que a crise ambiental se torna evidente, “mostrando a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo marcando os limites do crescimento econômico (Leff, 2006)”. Isso faz emergirem os movimentos sociais, que ganham visibilidade, influenciando grupos e criando organizações não-governamentais (ONGs).

Não obstante, há eclosão de diversas formas de protesto, que se expressam através de movimentos e publicações. Surge uma denúncia significativa tanto para o movimento ambientalista como para a sociedade em geral, a publicação realizada pela bióloga Rachel Carson¹⁵, no livro “*Silent Spring*” (Primavera Silenciosa) no qual ela revela que o uso indiscriminado de agrotóxicos, além de acarretar sérios riscos de câncer e outras doenças, prejudica o planeta. Com grande repercussão, o livro contribui posteriormente para criação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA). Outra publicação importante foi o relatório “The limits of growth” (Os limites do crescimento econômico) encomendado pelo clube de Roma¹⁶. Esse relatório denunciava a pilhagem da natureza em

¹⁵ Rachel Louise Carson, escritora, cientista e ecologista norte-americana, nasceu em 1907 na cidade rural de Springdale, Pensilvânia. Seu livro marcou o início da revolução ecológica nos Estados Unidos, trazendo uma série de advertências sobre o meio ambiente. Ainda hoje, a obra é considerada uma das mais importantes do século, ajudando a desencadear uma mudança de postura dos EUA e de outros países do mundo em relação aos pesticidas e poluentes.

¹⁶ Criado em 1968 foi pioneiro no caminho para a consciência internacional dos graves problemas mundiais. Agregava trinta especialistas de diversas áreas, cujo objetivo era discutir o futuro da humanidade. Essa entidade foi criada e financiada por grandes corporações, como a Fiat, a Volkswagen, a Ford, a Olivetti.

conseqüência do crescimento econômico ilimitado, sem controle sócioambiental, criticando fortemente o aumento do consumo provocado pelo modelo de desenvolvimento capitalista (Silva, 2003).

No período subsequente, especificamente na década de 1970, ocorreram vários encontros preparatórios para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, no ano 1972. Nesse cenário, teve destaque importante o Painel Técnico em Meio Ambiente, realizado em Founex, na Suíça, na qual foi analisada de forma intensa a relação meio ambiente e desenvolvimento, em oposição a abordagem do ecologismo intransigente e do economicismo rigoroso.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano aponta para os limites do desenvolvimento (racionalidade econômica) e os desafios da degradação ambiental frente ao projeto civilizatório da modernidade (Leff, 2001). No período em que essa conferência ocorreu, multiplicaram-se os debates sobre a degradação ambiental, culminando com dois importantes documentos: a Declaração de Cocoyok e o Relatório Dag-Hammarskjöld (1975), nos quais é apontada a problemática do abuso do poder e a interligação deste com a degradação ecológica. Os documentos apontam também para a problemática da concentração de terras, declarando que o sistema colonial concentrou terras aptas para agricultura na mão de uma pequena parcela da sociedade e dos colonizadores europeus, expulsando grande parte da população local¹⁷, que foi obrigada a usar solos menos apropriados (Leff, 2001).

Diante desses fatos, torna-se evidente que, desde o período da colonização, a forma como os colonizadores europeus se apropriaram da terra demonstra o vínculo entre meio ambiente e desenvolvimento, pois o uso concentrador e desordenado da terra constitui um dos fatores relevantes para os problemas ambientais.

Ao apontarem essas situações, os relatórios expressam a exigência de mudanças nas estruturas de propriedade no campo, esboçando o controle dos produtores sobre os meios de produção (Brüseke: *apud*: 2003), “postulando a necessidade de fundar novos modos de produção e estilos de vida nas condições e potencialidades ecológicas de cada região” (Leff, 2001).

¹⁷Brasil, África do Sul, Marrocos e outros lugares tiveram devastações de paisagens inteiras.

Assim, após a Conferência de Estocolmo, acentua-se a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento, emergindo então “ecodesenvolvimento”, o que valoriza a natureza e buscando internalizar as externalidades¹⁸ socioambientais que irão integrar outros fatores, para que sejam analisadas as políticas de desenvolvimento, levando-se em conta aspectos ambientais, mas também alguns princípios formulados por Ignacy Schs: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social que garanta emprego segurança social e respeito a outras culturas; f) programas de educação. A respeito do ecodesenvolvimento, Sachs define ainda o que seria “o desenvolvimento socialmente desejável economicamente viável e ecologicamente prudente” (Camargo2000, p.20).

Contudo, antes que os objetivos do ecodesenvolvimento conseguissem ser amplamente divulgados e que fossem rompidas as barreiras de acumulação interna do capital, as estratégias estabelecida pela ordem econômica vão dissolvendo o potencial crítico e transformador do ecodesenvolvimento. Leff (2001) comenta que:

O ecodesenvolvimento ficou enredado nas malhas da teoria de sistemas com a qual procurava reintegrar ao sistema econômico um conjunto de variáveis (crescimento populacional, mudança tecnológica) e de condições ambientais (processos ecológicos, degradação ambiental).

No entanto essa visão sistêmica do ecodesenvolvimento necessitou de uma base teórica mais compacta para construir um novo paradigma econômico da modernidade (Leff, 2001).

Nesse contexto, em nível mundial começam a ganhar amplitude os programas neoliberais ao mesmo tempo que se intensificam os problemas ambientais no mundo.

O discurso neoliberal anunciou a desapareção da contradição entre ambiente e crescimento(...) na perspectiva neoliberal desapareceram as causas econômicas dos problemas ecológicos as leis clarividente de mercado se encarregariam de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a eqüidade e a sustentabilidade (Leff 2001)

¹⁸ Externalidade: ação pela qual um produtor ou um consumidor influencia outros produtores ou consumidores, mas não sofre as conseqüências disso sobre o preço do mercado. Há externalidades negativas – que ocorrem quando a ação de uma das partes impõe custos à outra, e externalidades positivas, que surgem quando a ação de uma das partes beneficia a outra.

Todavia o discurso do ecodesenvolvimento começa a entrar em declínio, surgindo o desenvolvimento sustentável como uma alternativa do capital para suprimir a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza (Leff, 2001).

O discurso do desenvolvimento sustentável promove o crescimento econômico negando as condições ecológicas e termodinâmicas que estabelecem os limites e possibilidades de uma economia sustentável (Leff 2006).

Portanto esse discurso reflete os aspectos ideológicos do modo de produção capitalista, que introduz a lei da entropia como base do seu pensamento econômico, pois:

“O que ameaça a sustentabilidade do processo econômico é justamente a base material que lhe serve de suporte bem como a capacidade do meio de absorver a alta entropia resultante do processo econômico” (Stahel et al; 2003)¹⁹.

Essa realidade se expressa no alto índice de poluição e esgotamento dos recursos naturais na terra, proveniente de agressão aos ecossistemas²⁰, como também o consumo desenfreado, e o aumento da produção de alimentos aliado ao aumento da população:

A pressão sobre o ecossistema terrestre tem aumentado a ritmo acelerado. São várias as causas deste fenômeno, dentre elas o crescimento da população mundial, que de 1900 passou de 1,5 bilhões para 6,5 bilhões na atualidade, e o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, que cresceu de 0,7 trilhões para 44,6 trilhões de dólares enquanto a terra permaneceu com as mesmas dimensões e com redução de seus recursos não renováveis causa pela forma predatória de utilização dos mesmos pelo homem (...).
Revista veja on line julho de 2006

¹⁹ Entropia é uma grandeza termodinâmica que mede a desordem de um sistema. A tendência geral do universo é aumentar a entropia.

²⁰ Ecossistema: conjunto de uma comunidade e seus ambientes biótico e abiótico. Sistema composto da flora, da fauna e dos fatores físico-químicos de uma comunidade e as inter-relações entre eles.

Ainda assim, é importante lembrar que, ao pleitear um desenvolvimento sustentável nos dias de hoje, esta ao menos subentendido a um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado (Stahel et al; 2003). Para Leff (2001),

As políticas de desenvolvimento sustentado se inscrevem nas vias de um ajuste que a economia neoliberal aportaria à solução dos processos de gradação ambiental e ao uso racional dos recursos ambientais ao mesmo tempo responde à necessidade de legitimação da economia de mercado.

Nesse sentido, que a concepção de desenvolvimento sustentável, dentro da lógica do capital, vai envolver um grande número de interações entre os fatores políticos, sociais, econômicos e culturais de uma região, considerar as variáveis:

- **ambiental** – que reproduz a ação presente e futura do homem, procurando a qualidade geral do meio ambiente e a preservação de sua biodiversidade, com a perspectiva de manutenção das bases ecológicas do desenvolvimento;
- **econômica** – que considera, entre outros aspectos, as cadeias produtivas, as relações econômico-comerciais com o contexto territorial, as condições e a oferta da infra-estrutura, a logística econômica, as vantagens competitivas e as potencialidades e oportunidades oferecidas pelo mercado para gerar excedentes e conhecimentos técnicos em bases confiáveis e constantes;
- **social** – que estuda a evolução geral da população, sua estrutura, suas tendências, relações sociais, situação geral da educação, com a perspectiva de resolver as diferenças causadas por um desenvolvimento desigual;
- **tecnológica** – que tem como base o padrão de tecnologia predominante no território para buscar novas soluções;
- **político-institucional** – que analisa o sistema político local, os seus atores sociais e seus interesses, como também a participação dos cidadãos no processo de decisão da sociedade.

- **cultural** – que analisa os aspectos antropológicos em sua tradução mais ampla, em suas diferentes formas de expressão.

Todos essas variáveis estão presentes no Relatório Brundtland – publicado em 1987 e divulgado na Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992 (Rio-92), que irá proporcionar uma ampla divulgação do chamado Desenvolvimento Sustentável²¹. Ele surge como uma proposta política alternativa para se promover à inclusão social, o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais, com o objetivo de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras. Obedecendo ao duplo imperativo ético da solidariedade (Sachs 2004:36), acrescido de uma nova dimensão – a dimensão social, buscando reparar as desigualdades, tendo em vista a perspectiva da modernidade vinculada à mudança estrutural. Para que se estruture o desenvolvimento sustentável é necessário um planejamento que busque o equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental, como também reconheça que os recursos naturais são finitos.

O relatório trata de diversos aspectos a preservação ambiental e o desenvolvimento do planeta, destacando os seguintes pontos: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia de alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) satisfação das necessidades básicas. Em nível internacional, são definidas as seguintes metas: as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de proteger os ecossistemas supranacionais, como antártica, os oceanos, o espaço; as guerras devem ser banidas; a Organização das Nações Unidas deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

²¹ O conceito de “desenvolvimento sustentável” apareceu num contexto de crise, degradação e evoluções preocupantes, diretamente ligadas à mundialização. O aumento de trocas resultou em aumento dos bens produzidos. Progressos foram constatados no domínio da saúde e dos equipamentos sociais, mas com custos sociais e ambientais altíssimos. Em 1992, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento (Cnumad) também conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra. O encontro chamou atenção do mundo para a dimensão global dos perigos que ameaçam a vida na Terra e, por conseguinte, para a necessidade de uma aliança entre todos os povos em prol de uma sociedade sustentável. Enfocou, ainda, que, para se alcançar um futuro melhor seria preciso mudar o rumo das divisões econômicas existentes dentro e entre países, porque elas aumentaram os problemas sociais e ambientais.

De acordo com Camargo (2000), a Rio 92 teve como resultado a elaboração e a aprovação de vários documentos, dentre os quais a Agenda 21, programa global para legitimar e institucionalizar as políticas de desenvolvimento sustentável. Caracterizada como uma agenda de trabalho para o século XXI, a agenda 21 é uma espécie de manual para guiar as nações e suas comunidades nos seus processos de transição para uma nova noção de sociedade, através dela buscou-se identificar os principais problemas, os recursos e os meios necessários para enfrentá-los como também metas a serem atingidas nas próximas décadas.

O diálogo que aconteceu após a Rio92 entre a Agenda 21 para o desenvolvimento sustentável e a agenda social de combate à exclusão e a pobreza e dos direitos humanos fixou noções básicas, tanto para a Agenda 21 como para o tema das “cidades sustentáveis”: a noção de sustentabilidade ampliada e a de que a sustentabilidade não é um estado, mas um processo. Neste sentido a Agenda 21 constituiu-se em um instrumento aprovado internacionalmente que tornou possível repensar o planejamento, viabilizando o caminho para ajudar a construir politicamente as bases de um plano de ação e de um planejamento participativo em nível global, nacional e local, de forma gradual e negociada, tendo como meta um novo paradigma econômico e civilizatório. Dentro do contexto maior o da Agenda 21 global, foram criadas as Agendas 21 locais, de modo que fazer um ordenamento social dentro das realidades regionais e locais, com um visão global, que se estende aos principais espaços da sociedade civil do Estado e do mercado.

A Rio92 contribuiu para que, na década de 1990 surgissem vários ciclos de conferências sobre o desenvolvimento e meio ambiente no âmbito da ONU, tendo destaque a Conferência sobre Direitos Humanos (Viena1993); a Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); a Conferência sobre Desenvolvimento Social (Copenhague1995); na Conferência sobre Mudanças Climáticas (Berlim 1995); A Conferência sobre a Mulher (Pequim,1995) e a Conferência sobre Assentamentos Urbanos (Istambul, 1996).

Em março de 2000, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) aprovou, em Paris, a Carta da Terra, um conjunto de princípios e valores éticos que iram orientar pessoas e Estados no que diz respeito à sustentabilidade, à equidade e à justiça, semelhante à Declaração Universal dos

Direitos Humanos. Com o objetivo de estabelecer um diálogo mundial a respeito dos valores comuns e da ética global em relação a terra e a vida.

O projeto Carta da Terra inspira-se em diversas fontes, incluindo desde a ecologia e outras ciências da atualidade, as tradições religiosas e filosóficas do mundo e uma vasta literatura sobre ética global, meio ambiente e desenvolvimento, até a vivência prática dos povos que vivem de maneira sustentada, declarações e tratados intergovernamentais e não governamentais importantes. A Carta da Terra terá que constiuir-se em um vasto documento vivo, próprio da sociedade mundial, e revisado temporariamente em amplos conselhos globais. Tem como princípios norteadores :

- o respeito à Terra e à sua existência.;
- a proteção e a restauração da diversidade, da integridade e da beleza dos ecossistemas da Terra;
- a produção, o consumo e a reprodução sustentáveis;
- o respeito aos direitos humanos, incluindo o direito a um meio ambiente propício à dignidade e ao bem-estar dos humanos;
- a erradicação da pobreza;
- a paz e a solução não violenta dos conflitos;
- a distribuição equitativa dos recursos da Terra;
- a participação democrática nos processos de decisão;
- a igualdade de gênero;
- a responsabilidade e a transparência nos processos administrativos;
- a promoção e aplicação dos conhecimentos e tecnologias que facilitam o cuidado com a Terra;
- a educação universal para uma vida sustentada;
- sentido da responsabilidade compartilhada, pelo bem-estar da comunidade da Terra e das gerações futuras.

As dimensões que os problemas socioambientais atingem hoje revelam quanto é necessário o surgimento de um novo caminho para a sociedade humana, que vive uma época de crise diversa de todas as que já viveu no passado, uma vez que, é evidente o confronto dos seres humanos com a natureza e entre eles próprios.

Dentro do contexto social, é possível observar que essa crise é proveniente de um quadro mundial de desigualdade:

“Os países ricos, que representam apenas 15% da população mundial, controlam mais de 80% do rendimento global, sendo que aqueles do hemisfério sul, com 58%

dos habitantes da Terra, não chegam a 5% da renda total. Considerada, porém, a *população mundial em seu conjunto*, os números do *apartheid global* se estampam com maior clareza: os 20% mais pobres dispõem apenas de 0,5% do rendimento mundial, enquanto os mais ricos, de 79%. Basta para isso pensar que um único banco de investimento, o Goldman Sachs, divide anualmente o lucro de US\$ 2,5 bilhões entre 161 pessoas, enquanto um país africano, como a Tanzânia, com um PIB de apenas US\$ 2,2 bilhões, tem de sustentar 25 milhões de habitantes. A *concentração [de riqueza] chegou ao ponto de o patrimônio conjunto dos raros 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial — cerca de 2,8 bilhões de pessoas*.²²

Verifica-se, assim, que não é a humanidade que está destruindo a Terra, mas é uma pequena parcela que tem consumido muito mais que o necessário vivendo segundo padrões de consumo completamente insustentáveis. (Leroy – et al, 2002, p.15)

Assim, o termo “desenvolvimento sustentável” embora dentro de uma proposta do capitalismo, para dar resposta às crises cíclicas desse regime na atualidade tem apontado para a escassez em grande escala, proveniente da degradação da natureza, onde estão as bases para a sustentabilidade do sistema produtivo do capital. Consta-se ainda, que a crise não é apenas do processo econômico, mas da civilização, sendo questionados os valores da sociedade, os valores da produção, do conhecimento que sustenta todo o contexto. Essas mudanças ambientais na ordem ecológica e social põem em risco a economia, como uma grave doença degenerativa, e são muito mais graves que as crises cíclicas do capital (Leff 2001), uma vez que se vive hoje em um mundo extremamente competitivo e consumista: os princípios básicos do capitalismo estão presentes de maneira objetiva e subjetiva, no cotidiano das pessoas. Buscar um desenvolvimento sustentável dentro da lógica capitalista é também buscar quebrar paradigmas e postulados que comprometem gravemente o meio ambiente:

A questão ambiental não se esgota na necessidade de dar bases ecológicas aos processos produtivos, de inovar tecnologias para reciclar os rejeitos ou valorizar o patrimônio dos recursos naturais e culturais para passar para um desenvolvimento sustentável vai além de responder às necessidades e de preservar o meio ambiente com sua diversidade é preciso valorizar a diversidade ética e cultural dos seres humanos

²² *Apud Netto*. A ordem social contemporânea é o desafio central (mimeo). A. F. Mello, *Marx e a globalização*. S. Paulo, Boitempo, 1999, p. 260. Itálicos não constam do original; suprimimos as fontes citadas pelo autor.

buscando fomentar um manejo produtivo de biodiversidade²³ em sintonia com a natureza. (Leff)

2.2 – Meio ambiente e questão agrária

Ao longo do século XX, há uma grande transformação na relação do homem com a natureza, especialmente na percepção que este tinha da natureza e dos problemas ambientais.

No Brasil, esses problemas assim como a questão agrária, começaram logo após o descobrimento, quando os portugueses aqui chegaram e passaram a exportar madeira nobre. Nesse período, o país viveu expressiva exploração de seus recursos naturais, devido à maneira como se desenvolveu a ocupação e a extração de riquezas. É com o intuito de exploração, e não com o de formar uma nação que Portugal ocupa o solo brasileiro. A grande quantidade de terras existentes e a fertilidade dos recursos naturais permitiram que se desenvolvesse uma agricultura do tipo extrativa (Brandenburg e Ferreira 2004), fazendo necessário, assim, desmatar vastas áreas de terras.

Iniciada com a chegada dos portugueses, em 1500, a destruição das florestas ainda continua em grande escala, tornando-se, na atualidade, um dos problemas mais discutidos. Um exemplo dessa realidade é a Mata Atlântica, um dos biomas mais ricos do mundo em biodiversidade, que hoje é a segunda floresta mais ameaçada de extinção, estando reduzida a 7,3% da sua cobertura original (Valle et al 2003 p.66)

Originariamente a Mata Atlântica cobria 1.300.000 km² – 15% do território nacional -, conforme o “Atlas da Evolução dos Remanescentes Florestais e Ecossistemas Associados no Domínio da Mata Atlântica, elaborado pela fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Sócio Ambiental e Instituto Nacional

²³ **Biodiversidade** – ou **diversidade biológica** – (grego *bios*, vida) é a diversidade da natureza viva. Desde 1986, o termo e o conceito tem adquirido largo uso entre biólogos ambientalistas, líderes políticos e cidadãos consciencializados no mundo todo. Esse uso coincide com o aumento da preocupação com a extinção, observado nas últimas décadas do século XX.. Refere-se à variedade de vida no planeta Terra, incluindo a variedade genética dentro das populações e espécies, a variedade de espécies da flora da fauna, de fungos macroscópicos e de microorganismos, a variedade de funções ecológicas desempenhadas pelos organismos nos ecossistemas; e a variedade de comunidades, habitats e ecossistemas formados pelos organismos.

de Pesquisas Espaciais (1995). Hoje restam 7,3% - aproximadamente 94.000 km² de sua extensão original.

Das cerca de 10.000 espécies de plantas, 50% são endêmicas, ou seja, não podem ser encontradas em outro local. O nível de endemismo cresce significativamente quando separamos as espécies da flora em grupos, atingindo 53,5% para espécies arbóreas 64% para as palmeiras e 74,4 para as bromélias. Na região Mata atlântica vivem ainda varias populações tradicionais e ela garante o abastecimento de água e qualidade de vida para mais de 60%(100 milhões) de brasileiros (Valle et al 2003 p.72 -73)

Dados do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e do ISA – Instituto Sócioambiental – mostram que, apesar da importância da Mata Atlântica, os índices de destruição ainda são bastante altos de – 500.317 ha., equivale a 700.000 campos de futebol, no período 1990 -1995, embora desde o final da década de 1980 existisse um dispositivo legal – o parágrafo 4º do Artigo 225 da Constituição – que diz: “A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma de lei, dentro da condição que assegure a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Apesar de o Artigo 225 explicitar que seria enquadrado perante a lei todo mau uso das reservas ambientais brasileiras, não conseguiu conter o desmatamento e a destruição da Mata Atlântica. Nesse sentido, frente às pressões dos movimentos ambientalistas; foi criado o Decreto 750/93, visando punir de forma mais rígida a prática desse crime, enquadrando-o como crime ambiental, sob a lei que trata de crimes ambientais (Lei 9.605 de 12/02/98), a qual determina a aplicação de multas severas aos responsáveis pela destruição da floresta, o que ameniza, mas não repara as perdas existentes. O modelo dominante existente no país não tem sido, portanto, capaz de resolver tais problemas.

No Brasil, a destruição das matas e florestas está vinculada ao regime agrícola adotado –,de caráter agroexportador –, que se intensifica nas décadas de 60 e70 com a implantação da revolução verde²⁴, ou modernização conservadora, na

²⁴Revolução verde:refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitindo um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e70. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo.

agricultura. Esse sistema produtivo acarretou um grande avanço da motomecanização e da agroquímica no campo. Num primeiro momento, aumentou a produtividade, especialmente no caso de produtos de exportação, porém, com o uso intensivo insumos, mecanização e monoculturas sem uma visão mais ampla da produtividade e estabilidade dos ecossistemas tropicais, e com a ampliação da fronteira agrícola, além da concentração de terras, ocasionou rapidamente a degradação de grandes áreas, muitas delas abandonadas depois de pouco tempo de cultivo.

O avanço das fronteiras da grande produção agropecuária é também responsável pela destruição de biomas originários do território brasileiro.

Quadro recentemente divulgado pela WWF demonstra que a mata atlântica demorou quase cinco séculos para perder 93% de sua cobertura original. O Cerrado, entretanto, por força da expansão dessa fronteira, perdeu em menos de 40 anos cerca de 50% da estrutura biótica básica de seus mais de 200 milhões de hectares. A Floresta Amazônica, por sua vez, perdeu em 30 anos cerca de 15% da estrutura biótica dos seus 400 milhões de hectares (Leroy et al, 2002, p.37)

O que contribui para agravar ainda mais esse quadro é a homogeneização²⁵ e a artificialização no meio natural das práticas produtivas que provocam graves agressões no meio ambiente ocasionando degradação dos solos agrícolas, devastação das florestas, comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, etc.

com uma demanda crescente em consequência do aumento da população, o desenvolvimento industrial e a expansão da agricultura irrigada verificam-se uma oferta limitada de água potável distribuída de forma muito desigual. O Relatório do PNUMA estima que 40% da população mundial sofre de escassez de água, já a partir da década dos 90. Falta de acesso ao abastecimento seguro e ao saneamento tem resultado em centenas de milhões de casos de doença, provocando mais de cinco milhões de mortes anualmente. Relatório do PNUD

²⁵ Bases tecnológicas desenvolvidas para regiões de clima temperado inadaptada aos ecossistemas tropicais.

Observa-se que a poluição dos rios, lagos, zonas costeiras e baías tem provocado a degradação ambiental sucessiva por despejo de volumes crescentes de depósitos de resíduos e dejetos industriais e orgânicos. O lançamento de esgotos não tratados aumentou dramaticamente nas últimas décadas, com impactos eutróficos severos sobre a fauna, a flora e os próprios seres humanos.

Assim também, a alta intensidade da produção em áreas não adequadas ou acima da capacidade de suporte tem causado erosão e contaminação dos solos e da água devido ao uso freqüente de agroquímicos, ficando cada vez mais dependentes do aporte de energia externa ao sistema e diminuindo a capacidade produtiva deste ao longo do tempo.

Essa realidade faz parte do processo de modernização conservadora²⁶ da agricultura em curso no Brasil, onde, o Estado age na intenção de afastar os obstáculos à reprodução capitalista na agricultura, contribuindo para que o capital possa adaptar-se ao modelo econômico de “integração competitiva”²⁷, que expulsa de milhões de pequenos produtores agrícolas familiares de suas terras, ocasionando grande desemprego rural devido ao implemento de máquinas e tratores no processo da produção: “A moto mecanização elevou o número de tratores, de 61 mil em 1960 para 527 em 1980” (Leroy, 2002 p.37).

Todo esse processo de modernização conservadora da agricultura brasileira só foi viabilizado devido aos instrumentos de política agrícola e crédito rural subsidiado, garantia de preços mínimos, desenvolvimento tecnológico e incentivo fiscais. Esse modelo, que continua até hoje, foi também responsável pela concentração de terras e de renda tendo como consequência a exclusão social e o êxodo rural, em apenas 20 anos (1960 a 1980), de 28 milhões de brasileiros se transferiram do campo para as cidades. De acordo com pesquisa divulgada pelo IBGE (1996), em 1995 cerca de 80% da população brasileira estava vivendo em cidades.

(...) a população urbana no Brasil saltou de 27,6 milhões em 1960 para 111 milhões em 2000. O modelo criou forte desequilíbrio entre os espaços rurais e urbanos, assim como entre regiões e setores da sociedade (...)

²⁶ Mantém a propriedade da terra nas mãos dos latifundiários

²⁷ Modernização do aparelho do Estado com implementação de política agrícola via mercado globalizado

A expulsão de milhões de pequenos produtores de suas terras impulsionou o ressurgimento dos conflitos, que revigoraram na década de 1980, período em que houve uma grande efervescência dos movimentos sociais e um ressurgimento dos movimentos dos trabalhadores rurais que deu origem ao MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra²⁸.

Paralelo a esses movimentos sociais de luta pela terra, estava o movimento ambientalista, de origem bastante heterogênea, em termos políticos. Num primeiro momento tem a preocupação com a natureza e em sistematizar informações sobre os danos a ela causados, com a destruição desta ou daquela espécie, defendia uma atitude ética no trato com a natureza. Posteriormente, os ambientalistas, de maneira mais crítica, passam a indagar a forma capitalista de desenvolvimento, tornando clara a ameaça que ela representa para a natureza e as futuras gerações.

Diante dessa perspectiva, na década de 1980 ocorrem os primeiros encontros de ambientalistas com a classe trabalhadora, enfocando-se os problemas que a degradação ambiental trazia para sua a condição de vida destes últimos. Assim, os ambientalistas perceberam a necessidade de conexão com as classes populares e passaram a dialogar sobre problemas comuns (saneamento, água etc.) com ativistas sindicais, especialmente em áreas como Cubatão, Criciúma, Camaçari etc. No sul do país o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra aproxima-se dos ambientalistas com uma proposta de reforma agrária ecológica. Alguns anos depois, embora com algumas divergências, outros grupos, como os seringueiros na Amazônia, os índios, os ribeirinhos, as quebradeiras de coco começaram a receber apoio dos ambientalistas. Nesse sentido os movimentos como MST e o MSRT - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais passam a incorporar as preocupações ambientais colocando em suas pautas a problemática ambiental, e participando de fórum e discussões referentes ao meio ambiente. (Valle e Esterici 2003 et alp.13 - 14,)

Nesse período, “o Brasil está no auge do processo de construção de um Estado nacional” (Lesbaupin:1999,07) quando são construídas as principais propostas políticas da Nova República um programa sucinto, com seis pontos, entre

²⁸ Constitui-se na atualidade como o mais importante movimento social do país sendo responsável pela mobilização do maior contingente de trabalhadores rurais da história do Brasil.

os quais “Acesso à terra, apoio à produção agropecuária e melhoria das condições de vida das populações rurais”.

Ainda assim, o acesso à terra tem sido até hoje empregado mais para atender às pressões sociais e políticas, freqüentemente explosivas, do que para promover um desenvolvimento rural duradouro, visando a sustentabilidade em seus aspectos econômico, social e ecológico o que resultaria em melhores condições de vida da população em geral e para a população assentada.

Nesse sentido é possível afirmar que a reforma agrária não se efetivou no Brasil. O que existe é um programa de negociação previa com a sociedade civil e suas organizações, sucintamente sintetizadas nos seguintes pontos:

- arrecadação de terras, através de desapropriações, por compra e aquisição, programa de crédito fundiário e leilão de terras;
- recadastramento, fiscalização e tributação dos imóveis rurais;
- assentamento propriamente dito²⁹, ações relacionadas à assistência técnica, habitação, crédito e educação como também incentivo à emancipação da reforma agrária;
- realização de vistorias e laudos periciais, definição dos valores indenizatórios de terras e benfeitorias de áreas desapropriadas;
- modernização institucional, buscando a descentralização administrativa, a participação em local distinguido reforma agrária de reforma do Estado.

Assim, e o capital, no seu processo de reprodução ampliada, serve-se do poder do Estado, apossando-se dos principais ramos da produção Transforma a terra em ativo financeiro, de modo que o mercado de terras passa a exercer papel central. Essa forma de desenvolvimento beneficia os grandes produtores, voltados

²⁹ Para Leite (Ibidem, p.173) Assentamento diz respeito à “*um conjunto de medidas conjunto de iniciativas desencadeadas através de desapropriação de terras, projetos de reassentamento em função de construção de barragens hidrelétrica, projetos de reservas extrativas, projetos de colonização*”.

para a agroindústria e para produção destinada à exportação, resultando assim num processo especulativo no mercado de terras, bem como na destruição da pequena produção, seguida da expropriação dos pequenos produtores.

Nesse sentido, é importante considerar que a penetração do capital dá-se por dois caminhos: o caminho prussiano, ou modernização conservadora, em que o capital penetra no campo mantendo a grande propriedade e o monopólio da terra, e o caminho americano, no qual a pequena propriedade tem um peso considerável ao predominar como forma principal de estrutura fundiária. O caminho prussiano impulsiona a modernização da agricultura e transforma as relações sociais atrasadas e arcaicas, mantendo ligação com a postura da burguesia, na busca da conquista da hegemonia econômica e política através da “revolução passiva”³⁰.

Com os estudos realizados, foi possível concluirmos que no Brasil a modernização da agricultura dá-se via caminho prussiano, como continuidade da dominação burguesa, utilizando-se de medidas repressivas, e com o aparato de políticas estatais e projetos especiais, promovendo um desenvolvimento excludente para a sociedade.

Em meio a essas mudanças, observa-se, ainda, o acirramento das tensões sociais no campo e na cidade, acompanhadas da incessante degradação do meio ambiente provocando problemas a nível local e regional (poluição do ar, dos rios, das cidades etc.), que transportados para uma escala planetária (aquecimento global, redução da camada de ozônio, perda de biodiversidade etc.):

"A concentração de gás carbônico na atmosfera é um dos fatores que provoca o efeito estufa - o aquecimento global terrestre. Apesar de amplamente documentado e reconhecido na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática, e, posteriormente, reforçada pelo Protocolo de Kyoto, sua implementação continua suspensa devido à recusa dos EUA em assumir suas responsabilidades, desde 1997. Com o aumento do “aquecimento global terrestre” devido ao consumo crescente de combustíveis fósseis, a produção de cimento e a combustão de biomassas, nos últimos anos, causou a extensão dos danos à camada de ozônio que alcançou um nível alarmante, estimando-se o “buraco” no ano 2000, de 28 milhões de km² somente na região antártica;

O Relatório do PNUMA estima uma perda total de florestas, durante os anos 90, de 94.000km², ou seja, uma média de 15.000km² anualmente, já abatendo as áreas reflorestadas. Emblemático a respeito é a devastação da Mata Atlântica da qual sobraram somente 7%, segundo levantamento patrocinado pela SOS Mata Atlântica.

³⁰ Para compreender o conceito de “revolução passiva”, ver Coutinho (1989: 121-125)

O desmatamento proveniente de queimadas causa a um rápido empobrecimento dos solos, uma vez que, sem as plantas, as águas das chuvas caem diretamente no solo e conduzem os minerais carregando-os para o lençol subterrâneo. Isso, via de regra, torna os solos improdutivos para a agricultura, a menos que sejam enriquecidos antes das plantações. Muito frequentemente após desmatamentos estes sofrem erosão rápida ou então endurecem, formando crostas espessas, que dificultam o cultivo.

A degradação dos solos por erosão, salinização e o avanço contínuo da agricultura irrigada em grande escala e os desmatamentos, remoção da vegetação natural, uso de máquinas pesadas, monoculturas e sistemas de irrigação inadequados, além de regimes de propriedade arcaicos, contribuem para a escassez de terras e ameaçam a segurança alimentar da população mundial(...)

Nesse sentido, a concentração de terra, ou seja, a ausência de uma reforma é um grande entrave para a construção de uma nova sociedade. Uma verdadeira reforma agrária “pode servir de instrumento de recuperação e preservação ambiental nas áreas rurais” (Valle et al. 2003)

Assim é necessário pensar a questão do meio ambiente e da reforma agrária dentro da perspectiva do desenvolvimento local sustentável, observando que este modelo de desenvolvimento quando empregado com honestidade e responsabilidade valoriza as potencialidades locais e estimula a população a participar das discussões e elaboração de propostas para solucionar os problemas na comunidade.

2.3 – Desenvolvimento local na perspectiva da sustentabilidade

Ao tratar-se sobre desenvolvimento local na perspectiva da sustentabilidade, faz-se necessário, no primeiro momento, entender o que é desenvolvimento local, e num segundo momento verificar em que idéia se apóia o esse conceito. Para Buarque (2006) conceitua o desenvolvimento local como:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

Com base nesse conceito, é possível perceber-se que o desenvolvimento local é fundamentalmente marcado pela cultura do contexto em que se situa, expressando as características de cada região ou comunidade. Assim torna-se inviável o padronizamento sugerindo-se técnicas criativas, posturas inovadoras, espírito empreendedor.

De acordo com o autor acima citado, para ser considerado sustentável o desenvolvimento local deve descobrir e mobilizar as potencialidades locais colaborando para as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, ao mesmo tempo garantindo a preservação dos recursos naturais locais, na perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população.

No entanto, é preciso buscar e aceitar parcerias para com os diversos segmentos do tecido sócioeconômico da sociedade (nos âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural), visando descobrir caminhos – segundo as características e capacidade de cada economia e cada comunidade local, que possam contribuir para a existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, por intermédio da utilização dos recursos disponíveis, visando sempre à criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local.

Assim, a organização dos atores sociais podem estimular a participação e a implementação de planos de desenvolvimento local. Compreendido enquanto ferramenta, com a qual podem se atingir determinados objetivos, no caso o fortalecimento da sociedade civil. Esta, situada no referencial de Estado ampliado³¹

³¹ Ver Carlos Nelson Coutinho

proposto por Antonio Gramsci, é compreendida como *lócus* privilegiado para a transformação social, em processos que contemplem o fortalecimento dos trabalhadores e das organizações sociais, no que diz respeito a sua autonomia e capacidade de participação social protagonista.

Para Brito e Zapata (2004),

A participação da sociedade neste contexto favorece o controle social sobre o desenvolvimento, tornando o local um espaço privilegiado do exercício da cidadania. A participação é entendida como o processo de tomar parte nas decisões e se responsabilizar pelas decisões tomadas, tornando os cidadãos sujeitos históricos deste processo. A efetiva participação eleva o ator social à condição de sujeito ativo de mudanças e a comunidade organizada, à de protagonista consciente do processo de gestão social.

Nesse sentido, o local representa o encontro das relações sociais, sendo também o lugar onde a cultura e outros caracteres não transferíveis se consolidam. É onde as pessoas criam relações, onde as instituições públicas locais atuam para regular a sociedade. É Traduzindo assim, o lugar de encontro das relações de mercado e da estrutura de regulação social, os quais, por sua vez determina maneiras diferentes de organização da produção e diferentes capacidades inovadoras.

No tratamento da temática “desenvolvimento local”, percebe-se que há diferentes abordagens, métodos, e mesmo objetivos ao seu redor, e grande grau de interface entre os componentes analíticos, o que demonstra que o desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, e é capaz de desfazer a submissão e a apatia do subdesenvolvimento e a carência, em localidades periféricas, e de promover uma mudança social no território (BUARQUE, 2006).

Nesse sentido é preciso que o território, como um recurso do desenvolvimento econômico, busque responder aos impactos da globalização e da reestruturação produtiva, criando as condições para a especialização produtiva do “entorno inovador” (criação de agências de desenvolvimento local; fomento a fóruns, redes, câmaras etc.).

O desenvolvimento propõe mudanças institucionais que tornem maior a

governabilidade e a governança³² das instituições públicas locais, abrangendo todo o município, gerando uma autonomia relativa das finanças públicas e reunindo excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade. Torna-se, assim, distinto do desenvolvimento econômico criado por grandes investimentos de capital externo.

Essas mudanças propostas pelo desenvolvimento fazem emergir um novo paradigma de desenvolvimento, que demanda novas concepções e percepções para que sejam viáveis as novas propostas de organização da economia e da sociedade, reunindo informações aliadas ao potencial humano irão agregar valores as mudanças estabelecidas.

Nesse sentido, é possível observar o grande peso das questões ambientais para que o desenvolvimento local seja sustentável, uma vez que, nos últimos anos, o próprio meio ambiente vem despontando como um meio próspero, como um negócio na economia mundial. Frequentemente ouvimos falar nos serviços ambientais e nas contribuições dos ecossistemas para o equilíbrio e o funcionamento da natureza, conseqüentemente para a economia.

Assim, para que o desenvolvimento local sustentável se torne viável é necessário compreender como se configuraram as relações capitalistas no Brasil visando encontrar soluções para os problemas originados por esse sistema produtivo.

2.4 – O Contexto capitalista e a sustentabilidade

O mundo passa hoje por profundas transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais que incidem sobre o modo de produção e afetam diretamente as condições de vida daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, numa conjuntura marcada por um movimento amplo do capital, na tentativa de instaurar um “novo equilíbrio” e, portanto, restabelecer-se da crise que atravessa.

Nesse sentido, é essencial para explicar o caráter central ou periférico do capitalismo perguntar como se deu desenvolvimento do capitalismo em nosso país,

³² Capacidade efetiva de execução e implementação de ações e investimentos

observando o seu grau de autonomia, densidade e complexidade na constituição do mercado interno.

Portanto, para um maior entendimento sobre esta questão foi necessário realizarmos uma incursão histórica, que teve como marco inicial a imposição do mercado capitalista no Brasil, verificando que esta ocorreu por volta de 1850, com a Lei de Terras. Esta, além de bloquear o acesso à terra aos pobres, sancionou a estrutura fundiária criada pelo regime das sesmarias, Essa mesma hegemonia influenciou, também: na abolição da escravidão, em 1888; na Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico internacional de escravos; e na promulgação do Código Comercial Brasileiro, que estabeleceu as bases jurídicas para a vigência desses contratos.

Tais dispositivos legais, importantes como reguladores da ordem social competitiva que se queria implantar no Brasil, procuraram garantir os interesses de uma oligarquia fundiária ligada ao latifúndio e a escravidão - que buscou uma modernização sem mudança - apropriando-se de certos aspectos da modernização capitalista em curso,mas conservando a velha ordem oligárquica voltada para a exportação de produtos primários (café, açúcar, cacau etc.), a concentração da renda e riqueza, a débil capacidade de gerar progresso tecnológico e aumentos de produtividade: o mercado – interno restrito, ou seja, a herança do período colonial e suas características centrais.

Os fatos e eventos ocorridos entre 1888 e 1891 – 1888:a abolição da escravatura; 1889, a imposição da República; e 1891: a promulgação da Constituição Republicana – são marcos da constituição do Estado burguês no Brasil e com a promulgação do Código Civil em 1916, o que se obtém é a instauração da ordem social competitiva, marcada por duas grandes características: a imposição de uma república com inspiração liberal e a permanência da velha interdição de direitos sociais, a concentração da renda e da riqueza, a ausência de políticas públicas que fossem capazes de democratizar o acesso à educação e á saúde.

Portanto a Constituição de 1891 e o Código Civil de 1916 são expressões jurídico-institucionais de uma ordem social que não provê direitos democráticos e populares; só teve o cuidado de assegurar os direitos da propriedade privada. Os aspectos modernizantes da abolição ruíram, pois seria necessário, como pediu Joaquim Nabuco, uma reforma agrária que efetivasse e completasse o processo de abolição, no sentido democrático e popular, que garantisse os direitos individuais, os

da propriedade privada, em uma sociedade marcada por desigualdade social extrema.

A República tornou-se, então, a república dos fazendeiros, como foi chamada, pois defendia os interesses dos setores exportadores de produtos primários, em detrimento da expansão do mercado interno, destacando a exportação do café. Configurava-se o que Celso Furtado chamou de preservação do modelo primário exportador, o qual reiterava a velha estrutura de dependência colonial, que só vai desabar com a crise de 1929.

Ratificando essa idéia, Florestan Fernandes explicita as implicações políticas do desenvolvimento dependente, ao dizer que “o desenvolvimento dependente é subdesenvolvimento capitalista selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com freqüência, por meios políticos e no terreno político”... Isto é, pela mobilização de um "modelo autocrático burguês", de uma "contrarrevolução prolongada" (Fernandes, F. 1975, p.293 e320).

Sobre a dependência das relações de trabalho, Ruy Mauro Marini desenvolve a idéia-chave da "superexploração do trabalho", como estratégia necessária da "dialética da dependência". Segundo eles ao considerarem o aspecto decisivo da superexploração do trabalho “em condições de intercâmbio marcadas por uma clara superioridade tecnológica dos países avançados, as economias dependentes deveriam lançar mão de um mecanismo de compensação que, permitindo o aumento de massa de valor da mais-valia realizada, assim como o uso de taxa, se contrapusesse, pelo menos parcialmente, às perdas de mais-valia a que tinha de se sujeitar; esse mecanismo foi a superexploração do trabalho”. Na verdade, com sua teoria, Marini, (2000) explicita o aspecto central da concorrência capitalista, que é a sua permanente mobilização de formas, diga-se, “não canônicas” de produção de mais-valia extraordinária, como Marx sublinhou, acrescentando que, se essas formas "desviantes" não são típicas ou essenciais à produção da mais-valia, em geral são a manifestações concretas da disputa entre os capitais pela produção e apropriação da mais-valia extraordinária (Paula, 2003).

Nesse sentido, o que os autores pretendem demonstrar é a permanente penalização do mundo do trabalho no Brasil, e no conjunto dos países periféricos, que se expressa nos baixos salários, na precarização do trabalho, na ausência de instrumentos efetivos de proteção dos trabalhadores, nas desigualdades entre gêneros, na exploração dos recursos ambientais, da falta de acesso a terra e

reforma agrária, que são manifestações do caráter dependente do desenvolvimento capitalista da periferia. Essa é a modernização incompleta, seletiva e desigual, que se construiu o Brasil. Esse tipo de desenvolvimento é reforçado assim com a urbanização brasileira, no quadro geral, quando se considera que a modernização da estrutura urbana ocorreu pela expansão de serviços essenciais, como água, iluminação, transportes coletivos etc., mas o traço decisivo era a perfeita exclusão social, que consistia em expulsar as populações pobres do centro da cidade, configurando o que se pode ver até hoje: uma cidade segmentada e privatizada, onde os espaços públicos migraram, mas aumentou o do capital imobiliário.

Baseada num mercado interno restrito, na ausência de mecanismos internos de geração de tecnologia, a industrialização brasileira reproduziu os traços gerais da dependência que marcaram as instituições políticas e sociais, industrialização. Ela incapaz de acompanhar as transformações produtivas ocorridas no final do século XX. Reconhe-se, de fato, o significado da industrialização brasileira que, no final dos anos de 1970, conseguiu montar uma indústria compatível com o padrão tecnológico da Segunda Revolução Industrial. Contudo, mesmo naquele período, quando o Brasil se aproximava da apropriação de uma tecnologia típica do final do século XIX, já estava em curso nos países desenvolvidos uma onda de inovações tecnológicas, baseadas na microeletrônica, nos novas matérias, na biotecnologia.

A crise de 1980 na economia brasileira constituiu-se em manifestações da mesma determinação geral, manifestações do caráter periférico, dependente da economia brasileira, que se expressa na incapacidade de geração de progresso tecnológico e aumento de produtividade, sendo marcada por uma estrutura tributária regressiva e desequilibrada e por uma permanente vulnerabilidade externa.

Celso Furtado sintetizou uma das correntes principais da luta pela transformação da realidade social brasileira tratar de um conjunto de reformas estruturais que, superando o subdesenvolvimento, construíssem a nação, contestando a ordem liberal, que homogeneizou o desenvolvimento capitalista do século XIX, e se mostrou incapaz de atender aos interesses dos sem terra, por exemplo (Furtado, 1992). Para o autor, a história da América Latina, no século XX, tem sido a história de uma sucessão de lutas por uma emancipação plena, de superação do subdesenvolvimento. Por exemplo. o caso da Revolução Cubana que, em que pesem os significativos avanços produzidos pela revolução no campo da

socialização de direitos fundamentais, como a educação e a saúde, vem sofrendo a pressão imperialista, o que tem significado enorme sacrifício para o povo cubano.

O mesmo aconteceu com o povo chileno, durante o governo de Allende, destruído pelas forças repressoras da Reforma Boliviana de 1952, com a Guatemala em 1954, com o Brasil em 1964, com a Argentina em 1966, com a Nicarágua, do ditador Somoza, com a República Dominicana Trujillo. Os movimentos reformistas e revolucionários da América Latina, nas décadas de 1950 e 1960, tinham em comum a ideologia da superação da condição de dependência, mas os regimes autoritários transformaram a América do Sul em um continente que, segundo Celso Furtado, fazia parte de um processo maior, ligado ao grande capital internacional, que vai, então construir outra estratégia global de controle e dominação, a globalização neoliberal. Esta na realidade dos países subdesenvolvidos, atualizou a imposição do desenvolvimento capitalista dependente e suas conseqüências internacionais, antidemocráticas e antipopulares.

No Brasil, segundo Furtado, o que prevaleceu foi à linha geral do reformismo desenvolvimentista, associado ao capital estrangeiro, durante o governo JK. Mas a construção do Brasil, segundo o autor, foi interrompida com o golpe militar de 1964 e se prolongou seja como resultado da crise econômica que se abateu no Brasil a partir de 1980, seja com a imposição do neoliberalismo no Brasil, a partir de 1990. Mas o processo de imposição do neoliberalismo foi mais complexo e tardio, pois as lutas sociais, desde o final dos anos de 1970, estavam na base da derrubada da ditadura militar e da construção de instrumentos políticos e organizativos - Pt em 1980, a CUT em 1983, o MST, em 1984 - que buscavam a transformação social do ponto de vista democrático e popular.

O neoliberalismo instala-se no Brasil em 1994. Os oito anos de governo de FHC aumentaram o desemprego, a dívida interna e a permanência da concentração da renda e riqueza. A vitória de Lula em 2002, explica-se, pelo fracasso das políticas neoliberais e pela presença de Lula e do PT na vida política do Brasil contemporâneo, vistos como instrumento da mudança, como comprometidos com a distribuição da renda e da riqueza, como forças políticas contrárias ao neoliberalismo. Mas é com decepção, frustração e perplexidade que os setores que votaram em Lula vêm acompanhando seu governo, o qual tem mantido as políticas neoliberais na estratégica área da macroeconomia. Vale lembrar que qualquer tentativa de transformar a economia brasileira, no sentido democrático,

nacional e popular, vai, por certo, enfrentar resistências, boicote, chantagens por parte da elite local e de seus sócios estrangeiros.

Nesse sentido, um governo de esquerda, no Brasil, para honrar seus compromissos imediatos e históricos com a transformação social, só poderá contar com a força e a combatividade que vem das lutas sociais, dos movimentos e da ampla mobilização dos trabalhadores e setores populares. No entanto não se ver o governo Lula com de caráter neoliberal; ele pode até ser considerado social liberal, pois promove algumas políticas com conteúdo social não assistencialista, apesar de se caracterizar, essencialmente, por sua submissão ao neoliberalismo e a suas nefastas conseqüências no emprego, na renda, na infra-estrutura e sobre as condições de vida da maioria da população brasileira. Mas deve-se considerar que, há no seu interior, intelectuais que desenvolve ações meritórias e estratégicas consideradas como processo de construção de alternativa efetiva à economia capitalista do ponto de vista das formas de produção, gestão e propriedade.

Necessária se faz uma nova economia, capaz de crescer mais e mais sustentadamente, desde que apoiada em três pilares: 1) ampliação do mercado interno, como condição de ganhos de escala e produtividade; 2) expansão da taxa de investimento em infra-estrutura urbana e produtiva; 3) incorporação de inovações científica e tecnológicas que dependem de reformas que permitam superar a condição periférica da economia brasileira. Segundo Florestan Fernandes (1979), Celso Furtado, (1992), o desafio da economia nacional no passado nunca foi o crescimento, mas a distribuição de riquezas, da renda, da propriedade da terra que garantisse consistência e autonomia ao próprio processo de crescimento.

Na atualidade, o desafio que existe para a economia brasileira é o bloqueio do processo distributivo (de renda, da riqueza, de terras: propriedade privada), traço característico da formação histórica econômica e social do Brasil, tendo-se acrescentado outra mazela: a incapacidade que tem a economia de crescer. São também é decepcionante, as políticas do governo em relação, por exemplo, ao meio ambiente e à reforma agrária, pois não só não avançaram como também correm o risco de regressão, no que diz respeito aos resultados obtidos. A tarefa que se impõe aos autores e intelectuais, que na atualidade, desenvolvem o pensamento crítico brasileiro é buscar tanto promover a crítica do capitalismo brasileiro, em sua atual fase neoliberal, quanto à de construir um programa que sintetize as aspirações e os interesses do povo brasileiro em sua luta por condições

dignas de vida e trabalho, em sua luta pela superação do subdesenvolvimento, em sua luta pela liberdade e a igualdade.

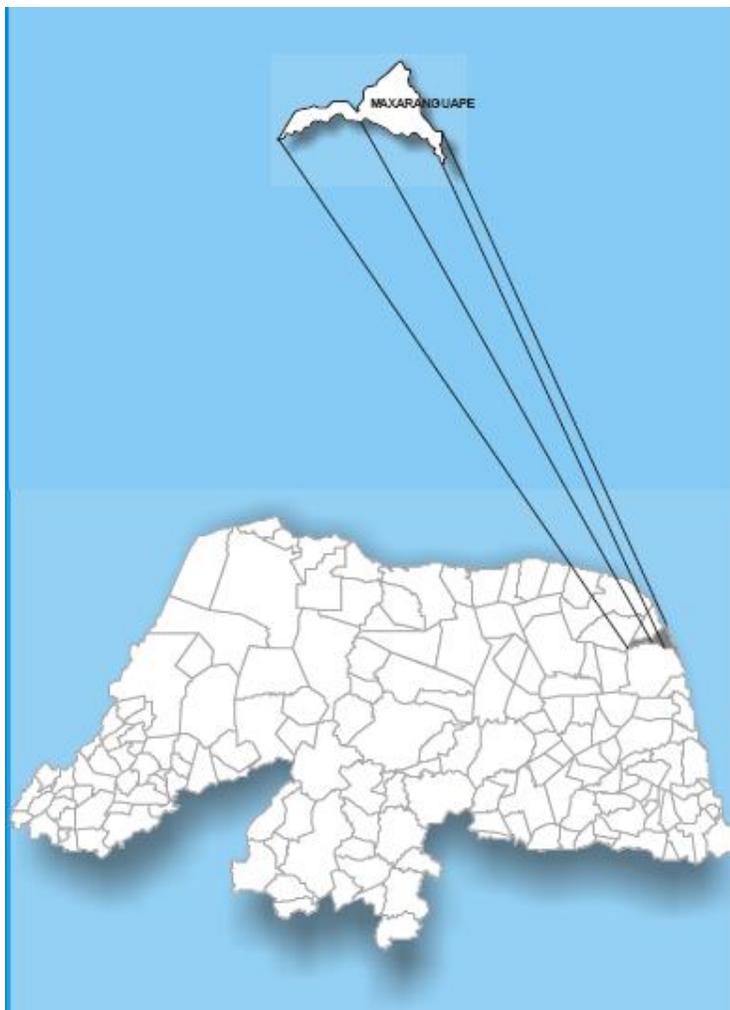
Essa luta se efetiva através da “participação”. O termo reuni grande parte das experiências vividas no cotidiano da vida social. Nos postulados do desenvolvimento sustentável o termo “participação” ganha grande conotação como tábua de salvação para a reorganização da sociedade civil, uma exigência dos programas oficiais tanto no nível nacional como no internacional com conteúdos voltados para a participação das comunidades locais.

Assim, é preciso ter bastante clareza sobre para que o momento da luta seja um momento privilegiado pela busca de direitos, para quem é necessária uma participação ativa e esclarecedora, na perspectivas da conquista.

Nesse sentido, o uso da terra, bem como dos recursos naturais, renováveis ou não, é submetido às leis de mercado e do lucro capitalista, onde se deduz que a produtividade é a palavra chave, mesmo em áreas sem cultivo e desertificadas, escapando da socialização do solo, sendo, e submetendo-se à especulação imobiliária. Essa realidade é bem evidente no Brasil, onde se priorizam práticas políticas de apoio à grande produção empresarial, voltadas para o mercado, com instalação de empresas de agroindústrias e agropecuárias, provocando concentração de terra, acompanhada da especulação imobiliária. Assim a terra é transformada em reserva de valor e ativo financeiro em detrimento de uma reforma agrária (Araújo 2001), resultando assim na expulsão de milhões de pequenos produtores agrícolas familiares de suas terras e, conseqüentemente, milhares de sem - terra ou sem - teto nas áreas urbanas. Além dos impactos sociais causados por essa modernização excludente, o meio ambiente no campo também sofre agressões graves devido à homogeneização³³ das práticas produtivas e à artificialização do meio natural, ocasionando degradação dos solos agrícolas, devastação das florestas, comprometimento da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos, etc. o que reflete “dialeticamente as transformações das relações sociais na agricultura e um crescente domínio do *agrobusiness* e da agricultura em grande escala voltada para exportação (...)” (Shiva 2001; p.11).

³³ Bases tecnológicas desenvolvidas para regiões de clima temperado indaptada aos ecossistemas tropicais.

Capítulo III – Maxaranguape: a experiência do assentamento Novo Horizonte II



Neste capítulo, será apresentada a análise dos dados coletados através de questionário com perguntas abertas e fechadas e das entrevistas semi-estruturada realizada com 10(dez) moradores proprietários de lote no Assentamento Novo Horizonte II no Município de Maxaranguape no Estado do Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, faz-se uma caracterização do município onde está inserido o assentamento discorrendo sobre a sua constituição e analisando o desenvolvimento sustentável no Assentamento Novo Horizonte II bem como as dificuldades e os desafios enfrentados para se obter um desenvolvimento sustentável.

3.1 – Caracterização do município de Maxaranguape

O município de Maxaranguape tem uma extensão de 131 km² e está localizado na microrregião do Litoral Nordeste, conforme a divisão territorial do Brasil. Tem como principal atividade econômica a agricultura de subsistência, em que destacando uma diversidade de produtos tais como: coco, caju, sisal, abacaxi, abacate, manga, milho, feijão, mandioca, batata doce e hortaliças. Lá se desenvolvem, ainda atividades ligadas ao comércio seguida da prestação de serviços, mas não há tradição na área industrial. Em geral, a população tem um baixo poder aquisitivo, enfrentando sérias dificuldades no que se refere à sobrevivência.

Uma das características marcantes dessa microrregião é uma expressiva população rural, em que mais de 50% da população desse contingente encontra-se no setor primário da economia evidenciado no quadro produtivo onde se verifica as principais culturas e a produção:

Principais cultivos do município de Maxaranguape

Discriminação	Área	Quantidade
	Colhida (ha)	Produzida (T)
Abacaxi	10	250
Feijão	120	54
Mandioca	130	780
Milho	60	30
Abacate (1)	30	213
Banana (2)	430	557
Castanha de Caju	120	10

Coco-da-baía (1)	300	600
Manga	22	506

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – RN ano 2000; (1) 1000 frutos; (2) 1000 cachos

Essa realidade se intensificou devido a dois fatores importantes no crescimento do povoado: à boa qualidade de suas terras e a pesca farta. Por causa da grande seca que se abateu sobre o Rio Grande do Norte nos anos de 1877 e 1879, grande número de sertanejos, fugindo da estiagem, deixaram suas terras de origem em busca de novos horizontes e chegaram ao vale fértil que fica às margens do Maxaranguape. Naquele tempo de falta de chuvas, finalmente encontraram o oásis procurado e ali se fixaram construíram família, plantaram sementes, colheram frutos da terra e do mar e participaram do engrandecimento da região banhada pelo rio perene que deságua no oceano atlântico, na Formosa Barra de maxaranguape.

O município de Maxaranguape tem como marco de fundação a Santa Cruz e o seu nome origina-se do Tupy, que significa Vale do Cascavel. A localidade já existia desde 1666, porém é em 17 de dezembro de 1958, através da Lei nº 2.329, que o povoado desmembrou-se de Touros tornando-se município com o nome de Maxaranguape.

Transcorria o ano de 1666, quando foi realizado, na ribeira Maxaranguape, a cerimônia de posse de sesmaria concedida ao governador João Fernandes Vieira, na oportunidade representada pelo Padre Leonardo Tavares de Melo, então o vigário de Natal. A sesmaria abrangia toda área entendida como devoluta entre Ceará Mirim e Touros.

Em 1832, às margens do Rio Maxaranguape a existência da povoação já era uma realidade, formada na maioria por pescadores e veranistas. Ao redor da capela de Nossa Senhora da Conceição surgiam moradias simples, escoas e as casas de veraneio dos senhores de engenho do vale do Ceará - Mirim.

Os limites geográficos do município são:

- ao Norte com o município de Rio do Fogo e o oceano Atlântico;
- ao sul com o município de Ceará - Mirim;

- o leste Oceano Atlântico;
- a oeste, com os municípios de Pureza, Ceará - Mirim e Rio do Fogo.

De acordo com dados obtidos a partir do Censo Demográfico de 2000, a população era de 8.001 habitantes, sendo 62,29% (3.017 habitantes) deste valor residente na zona rural e 37,71% (4.984 habitantes) da zona urbana. A população masculina e feminina é de 51,62% e 47,38% respectivamente, sendo a taxa de crescimento de 4,96 (período de 1999/2000).

O município de Maxaranguape corresponde ao segmento da faixa litorânea do Rio Grande do Norte, a Mesoregião do Leste Potiguar e Microrregião Litoral Nordeste (IBGE, 1992), considerada uma das mais importantes do Estado, tanto do ponto de vista populacional como econômico. Apresenta uma rede urbana densa e articulada, resultado de um sistema rodoferroviário que permite relações freqüentes com o interior e capital do estado com uma distância em relação capital de 58 km rodoviários.

As características morfológicas desta Mesoregião são representadas por um relevo plano formado pelos tabuleiros sedimentares da Formação Barreiras, cortados pelos rios de curto percurso que formam extensos vales aluvionais. A essas características alia-se um clima quente e úmido, com pluviosidade que varia de 1.000 a 1.200 mm anuais, em anos normais, todavia nos anos de seca este valor fica bem abaixo, o que favorece o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar nas bacias fluviais dos rios Maxaranguape, Ceará - Mirim, Potengi, Trairi, Jacu e Curimataú.

A composição dos recursos hídricos é caracterizada pela existência das bacias hidrográficas dos rios Ceará - Mirim, Potengi, Maxaranguape e Punaú, destacando-se os rios Ceará-Mirim, Delfinos, Macaio, Riachão, Maxaranguape, Catolé entre outros. Ainda fazem parte de composição dos açudes às lagoas Bestas Feras e Pacheco, que estão próximas à do assentamento.

É uma região, como as demais regiões do Estado, onde ainda prevalecem às práticas políticas de grupos conservadores, que se alteram no poder, predominando o velho clientelismo e o paternalismo característico da região nordeste.

Essa característica tem influenciado o surgimento de tímidas mobilizações sociais e o surgimento de partidos de esquerda que participaram das disputas eleitorais. Entretanto seus dirigentes são escolhidos como base em critérios ou atributos pessoais e são eleitos por esses partidos conservadores, como ocorreu com o atual prefeito.

Demonstrando assim que a tradição política no Brasil, conforme ressaltam Castro e González (1995, p.5-6), a grande fragilidade dos partidos políticos como forma de representação, ou seja, a escolha dos representantes é determinada pela pessoa, não pelo partido ao qual ela esta filiada.

Essa realidade não pertence a um passado remoto, ao tempo dos coronéis, quando imperava a lei da força , mas faz parte da história recente da região. É a necessidade que a população tem das ações governamentais, como forma de garantir a sua sobrevivência, que possibilita aos governos o exercício de práticas arcaicas, de caráter assistencialista e de troca de favores, deixando a população em uma situação de dependência e de lealdade em relação à figura dos governantes. Porém essas práticas vão de encontro,as novas práticas estabelecidas na constituição de 1988 determina a descentralização participativa, a qual privilegia uma maior participação da população na formulação e na execução das publicas que buscam combater as desigualdades sociais e a miséria.

Contudo percebe-se ainda que as intensas desigualdades sociais e econômicas entre os municípios também podem revelar-se como ameaças para o êxito da descentralização, visto que, as condições de respostas aos graves problemas sociais são diferenciadas e geram desgastes em relação aos resultados concretos como também gera expectativa dos atores envolvidos.

As idéias de descentralização apresentam-se como estratégias de enfrentamento dos efeitos do ajuste imposto pela globalização liberal como também tem sido difundida pelos organismos internacionais como parte integrante da agenda liberal de reorganização do Estado Nacional. Nesta agenda, os objetivos de aumento da participação da gestão local se justificam apenas em razão das ameaças a uma suposta crise de governabilidade das cidades e da necessidade de coesionar forças locais para aproveitarem as oportunidades criadas pela globalização.(SANTOS JUNIOR, RIBEIRO, AZEVEDO, 2004,P.13)

Para Predes (2005) quando se estimula a descentralização/municipalização pretende-se encontrar um novo caminho, através dos municípios de organizar o

enfrentamento do quadro de desigualdades e pobreza no país, enfocando a descentralização tributária, administrativa e de benefícios, através da implementação de medidas e de projetos de investimento e desenvolvimento capazes de trazer crescimento para o município e proporcionar o atendimento das necessidades básicas e o bem estar de sua população.

Nesse debate verifica-se a necessidade do desenvolvimento local, através de ações nas áreas de saúde, educação meio ambiente, entre outros, enfatizando principalmente a informação e a criação de grupos cooperativos dentro da sociedade local.

Para tanto se fez necessário, a existência de um planejamento ou seja um plano diretor em que previamente é feito um diagnóstico com abrangência político, econômico, social e cultural com perspectivas de conhecer a realidade local, levantado os problemas e todas as potencialidades locais visando encontrar alternativa para o desenvolvimento local levando em consideração o envolvimento e a participação da comunidade.

3.2 – A constituição do Assentamento Novo Horizonte II

A Fazenda Vale da Esperança de propriedade do Sr. Almir Peixoto de Melo, começou a decair no final dos anos 80 e início de 1990 quando o proprietário começou a investir na cultura da banana e na criação de porcos com recursos dos incentivos fiscais da SUDENE. Foram 12 anos de exploração com essas atividades, ao fim dos quais foram encerradas as atividades com a venda do patrimônio para pagamento de dívidas com os bancos.

A ocupação iniciou-se com um processo de mobilização na vizinhança da Fazenda e nas praias próximas sob a coordenação do MST. No dia 5 de novembro de 1995, trezentos e sessenta e duas famílias, na sua maioria proveniente do Estado do Rio Grande Norte - Tábuá (São Miguel do Gostoso), Rio do Fogo, Peroba (Touros), Caiçara do Norte, Santa Luzia (Touros) e Punaú (Rio do Fogo) - fizeram a primeira ocupação. As famílias passaram dois anos e seis meses acampados. Durante este período sofreram sete despejos, a cada um deles transferiam o acampamento para um terreno próximo da Fazenda, com o consentimento do dono do terreno.

Durante aquele período fizeram oito ocupações, duas delas nas Prefeituras Municipais de Touros e de Barra de Maxaranguape e uma no INCRA, na cidade de Natal capital do Estado, para reivindicar alimentos. Afirmam que nessa época eram vistos pela sociedade como invasores e bandidos.

A população do acampamento era composta por agricultores, pescadores, vaqueiros, trabalhadores (as)/diaristas. Organizaram-se naquele momento em dez grupos, que eram compostos por homens, mulheres, jovens, idosos e crianças. Dentre estes havia um grupo responsável pela educação das crianças e dos jovens. Neste sentido eram realizados freqüentemente estudos informais, ministrado por uma professora que também era acampada.

É válido ressaltar que, para garantir a sobrevivência um grupo de pessoas que se encontravam acampadas utilizavam seu tempo livre trabalhando em diversas atividades informais, chegando a passar até quinze dias fora. Havia também uma comissão para arrecadar recursos financeiros para garantir as despesas do acampamento (alimentação e viagens). Sendo a alimentação dividida de maneira igual entre as famílias, onde cada uma se responsabilizava pelo seu preparo.

Merece registro na história da luta pela terra dos assentados em questão, o uso da força pela polícia militar, estes assentados foram várias vezes surpreendidos com tiros provenientes dos policiais, chegando, numa certa ocasião, a atingir dois trabalhadores. Demonstrando como no Brasil as pessoas envolvidas na luta pela terra são ainda considerados criminosos. Nesta ocasião, os trabalhadores feridos ao invés de serem conduzidos para um hospital foram levados para a delegacia da cidade de Ceará-Mirim/RN. Relatam ainda que durante o acampamento várias mulheres gestantes abortaram em virtude da tensão provocada pelo embate que tinham com a polícia militar.

No dia 13 de maio de 1998 foram desapropriadas as Fazendas Cruzeiro do Sul e Cruzeiro do Norte, próximas ao acampamento. Sabedora do fato, a coordenação do MST apresentou a proposta de transferir o acampamento para lá, o que foi aceito. Na madrugada do dia 19 de maio, chegaram à Fazenda Cruzeiro do Sul. Às 7:00h da manhã a polícia apareceu, mas foi informada, pelo antigo proprietário, de que aquela fazenda já havia sido desapropriada. Acamparam as 160 famílias que restavam das 362 que viviam acampadas em barracos de palha e plástico. Nesse processo duzentas e duas famílias acabaram desistindo da luta pela terra.

Como a terra era insuficiente nas fazendas desapropriadas, o INCRA negociou outra área no mesmo município, e após dois meses, 100 famílias se mudaram para a Fazenda que é hoje o assentamento Nova Vida II. Quatro famílias que já moravam e trabalhavam na Fazenda, foram incluídas no Assentamento e hoje estão bem integradas à comunidade. Os critérios utilizados, para decidir quem ficaria ou quem aguardaria uma nova desapropriação, foi o do maior engajamento na luta, maior permanência e melhor comportamento.

Enquanto aguardavam a Imissão de Posse, colheram bananas de primeira qualidade para o antigo proprietário em troca os trabalhadores ficavam com as bananas de qualidade inferior. Neste ínterim, constituíram uma Associação representativa de todos os Assentados com o objetivo de regulamentar as relações sociais entre eles e administrar a produção existente no Assentamento. Esta associação não foi registrada em cartório, mas tinha um regimento interno. Após a Imissão de Posse (23/07/98), iniciaram uma experiência de comercialização coletiva das fruteiras já existentes na propriedade. Aos assentados cabia a função de “juntar o coco”, pois a colheita era realizada pelo comprador. Entregavam o dinheiro à Associação que, após o encerramento da venda, fazia uma assembléia geral para dividir e distribuir o lucro igualmente para todos. Esta prática permaneceu por quase um ano, tempo em que o INCRA levou para fazer o parcelamento da área, em lotes individuais.

Ficaram ainda em barracas em torno de um ano, até ser liberado o crédito habitação. O recurso foi liberado em duas partes, a primeira, de R\$ 1.800,00, deu para construir as casas sem reboco e sem cozinha. Após muita reivindicação, o INCRA liberou a segunda parcela (R\$ 700,00) e as pessoas tiveram que optar entre construir a cozinha ou rebocar a casa.

Os assentados receberam apoio de várias pessoas e Instituições, como a deputada Fátima Bezerra - PT /RN na área jurídica e alimentícia; da Igreja Católica, através de padres e freiras, no aspecto moral; do INCRA e do então prefeito da cidade de Touros, o Sr. Josemar França, com alimentos; do Sr. Túlio Paiva, prefeito da cidade de Rio do Fogo, com alimentação, transporte com motorista e combustível; da Difusora de Rio do Fogo, através de campanhas para arrecadar alimentos.

A área do PA (Projeto de Assentamento) Novo Horizonte II apresenta bom potencial agropecuário, comprovado com a boa produtividade das culturas do

coqueiro e bananeira, apesar de algumas limitações como pragas e deficiência de adubação. Como também as culturas de milho e feijão, que dão boa produção nessa área apresentando também potencialidade para exploração pecuária de médio e grande porte.

O plano de parcelamento implantado no Assentamento decompõe-se nas seguintes zonas de uso:

- √ Área de Reserva Legal: 189,01 ha
- √ Área de Preservação Permanente: 30,48 ha
- √ Áreas com infra-estrutura física: 37,52 ha
- √ Agrovila: 10,45 ha
- √ Áreas rurais comunitárias: 181,24 ha
- √ Áreas de 60 lotes rurais: 230,11 ha

Total 678,80 ha

As áreas com infra-estrutura física são expressivas por incluírem no sistema viário, a faixa de domínio da estrada BR-101 que passa pelo interior do assentamento, além de edificações e instalações.

As áreas rurais, comunitárias e de lotes individuais, perfazendo 411,35 ha., são utilizadas com 180 ha. de cultura de coco, 60 ha. com o cultivo da banana e 30ha cultivados com capineiras.

Os 141,35ha. restantes constituem áreas aproveitáveis ociosas e terras inaproveitáveis.

3.3 – O assentamento Novo Horizonte II e o desenvolvimento sustentável

Ao desenvolvermos o trabalho de pesquisa no assentamento Novo Horizonte II observamos que ainda é muito incipiente a perspectiva de um desenvolvimento sustentável, embora as questões referentes ao termo desenvolvimento sustentável sejam de extrema importância para o ambiente rural. Constatamos conforme depoimento abaixo a necessidade de uma orientação sistemática para a agricultura e o meio ambiente:

Falta assistência técnica pra ter uma orientação pra agricultura e ter mais cuidado com os venenos químicos que são prejudiciais ao cultivo da terra (Entrevista -01).

Em relação ao uso de produtos químicos foi constatado que do universo pesquisado 100% dos agricultores utilizam algum tipo de veneno químico para combater as pragas, mesmo sabendo que esse tipo de prática causa problemas para a saúde humana e o meio ambiente. Essa situação torna-se crítica uma vez que foi detectado no decorrer da pesquisa a inexistência de um programa de preservação do meio ambiente no assentamento, exceto as áreas de reserva legal, estabelecida pelo INCRA quando é feita a regularização do assentamento.

Para tanto, verifica-se que os assentados necessitam de uma orientação sistemática, ou seja, uma assistência técnica permanente que possa contribuir na melhoria da produção sem que venha a comprometer o solo e os recursos hídricos naturais existentes na região, em especial o Rio Maxaranguape que corta as áreas de plantio do assentamento e de onde é retirada a água para o consumo animal e para irrigar a plantação.

No que diz respeito ao tratamento do lixo, constatou-se que no assentamento não existe coleta. Quando perguntado sobre o destino do lixo as respostas dos pesquisados foram unânimes ao afirmarem que o lixo produzido pelas famílias é colocado em um buraco feito no quintal de suas casas e, posteriormente é queimado.

Cava um buraco atrás da casa e bota o lixo depois queima.
(Entrevista - 01)

Questionados ainda a respeito da existência de uma coleta seletiva, afirmaram que não existe. Apenas uma moradora que passa nas casas pedindo material plástico e vidros que não seriam mais utilizados.

Essa realidade compromete bastante a qualidade de vida no assentamento reflete assim, a vida de milhões de pequenos agricultores brasileiros, uma vez que o lixo causa doenças como: a dengue, leptospirose dentre outras. Constatando a ausência de formulações de políticas públicas que possam solucionar esse tipo de

problema nas áreas rurais. Um aspecto indispensável da qualidade de vida conseqüentemente está sendo negado a essa população.

Leroy (2002, Apud Garcia 2001) a esse respeito nos traz um dado bastante importante sobre o Brasil no setor rural:

Apenas 15,8 dos domicílios receberam esgotamento sanitário adequado, ao passo que apenas 22,4 estão conectados à rede de água e 17, 5% receberam coleta de lixo.

Quando abordados sobre o desmatamento e queimadas um entrevistado nos falou da falta de respeito de alguns moradores na área de reserva legal de mata, que existe em todo assentamento do INCRA, na qual é proibido a derrubada de árvores, desmatamentos e queimadas, colocando que existe pessoas que vão ao local retirar lenha para fazer carvão. Expresso na seguinte fala:

Já melhorou muito isso aqui, mas ainda existem pessoas que vão pra área de reserva tirar lenha pra fazer carvão (Entrevista - 05)

No aspecto da infra-estrutura foi constatado ainda, o péssimo estado das estradas que ligam o assentamento a outras localidades. Conforme relata o assentado:

As estradas aqui estão em péssimas condições, é buraco pra todo lado, quando chove é muito ruim pra chegar carro no assentamento. A ponte que passa em cima do Rio Maxaranguape e faz a travessia para Ceará - Mirim foi derrubada com a chuva faz muito tempo (...) quando a gente quer passar pra o outro lado dos lotes tem que fazer um arrudeio danado. (Entrevista - 06)

Esta é uma questão fundamental, para o mundo rural, para que essas comunidades fiquem menos isoladas e se tornem menos antagônicas em relação as localidades urbanas. Dificultando ainda o escoamento da produção.

Do ponto de vista da produção, 100% dos entrevistados falaram da necessidade de investimentos para ter uma boa produção ressaltando ainda ser insuficiente o que produzem para o sustento da família.

Não, a produção, não tem investimento (...) é preciso investir em adubos para poder ter uma produção boa, pois o que se produz não dá pra manter nem a família (...). A gente planta umas 2000 covas de banana pra vender o milheiro da banana grande por R\$ 35,00 e R\$ 17,00 o milheiro da banana pequena. (Entrevista – 04)

Dentro dessa realidade, verifica-se ainda, a dificuldade que as famílias têm para viver do que produz conforme relata entrevistado:

Nós aqui planta macaxeira, banana, feijão, milho, jerimum mais vende muito pouco é mais pro consumo da família, o que se vende mais é a banana (...) mas não dá pra viver só da agricultura, a gente trabalha dois dias em nosso rosado e o resto alugado fazendo outros serviços. (Entrevistado 03)

Esse contexto é reflexo do modelo agrícola adotado no país que privilegia a grande produção com incentivos fiscais e financeiros, para as agroindústrias voltadas para exportação em detrimento da pequena produção, de base familiar.

Na fala de outro entrevistado constatou-se também as dificuldades para comercializar a produção devido a falta de mercado sendo a produção vendida por um preço bastante baixo, 90% dos entrevistados disseram que vendem através de atravessador, respondendo quando são questionados quais os locais onde são comercializados os produtos agrícolas produzidos.

A gente vende pra o atravessador que vem aqui procurar comprar o que nós planta. (Entrevista – 04)

Quando os entrevistados foram questionados a respeito das principais dificuldades enfrentadas no assentamento 95% falaram da falta de emprego e renda, falta de organização no assentamento e falta de investimento na agricultura. Quando perguntamos o que precisa para melhorar a vida no assentamento, 80% falaram de um posto de saúde no assentamento, 90% mais recursos para agricultura, 100% falaram da geração de emprego e renda 10% falaram da necessidade da criação de uma cooperativa para gerar emprego para as mulheres.

Com relação à qualidade das casas construídas quando indagamos a respeito 100% dos entrevistados consideraram ruins.

Não é boa não, a gente recebeu sem reboco, quem teve dinheiro para ajeitar as casas, tão melhor, mas quem não teve ta tudo aparecendo rachadura e o piso afundando. (Entrevista- 07)

Quanto à renda familiar constatou-se que não é proveniente apenas do trabalho agrícola, como já foi citado, uma vez que este se mostrou insuficiente para a manutenção familiar. Portanto 90% dos entrevistados falaram que buscam outras virações.

A gente aqui tem que se virar procurar outros trabalhos. Meu marido mesmo foi trabalhar de ajudante de cozinha em Maracaju pra poder tirar um salário fixo todo mês pra gente não passar necessidades (Entrevista - 07)

No rumo das reflexões aqui pontuadas um outro entrevistado a esse respeito menciona que :

Tem mulher aqui que vai trabalhar empregada nas casas em Natal pra poder ajudar o marido (Entrevista-06)

Ainda com relação à renda familiar, quando questionados sobre valores em salários mínimos, 55% dos entrevistados falaram tinha renda inferior a um salário, quando somados com programas como Bolsa Família / PET chegava a um salário, mas que nem todo mês era esse valor.

Tem mês que tira um salário tem mês que é menos, mas com ajuda com o PET chega a isso. (Entrevista -05)

No que se refere aos programas do governo 70% dos entrevistados mencionaram que foram cadastrados no Bolsa Família/Pet e que são assistidos pelo PSF- Programa de Saúde a Família como também dentre eles PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar .

Assim quando perguntamos em que investiram quando receberam o crédito do PRONAF, 80% dos entrevistados falaram que investiram em cerca, estaca e na agricultura e 20% na plantação dos coqueiros e bananeiras.

A grande maioria dos assentados investiu na agricultura e na cerca eu mesmo investi na agricultura e comprei as estacas pra fazer a cerca. (Entrevista -07)

Diante dessa realidade foram constatados também diversos pontos positivos que podem contribuir bastante para a melhoria da qualidade de vida no assentamento.

Apesar de não existir nenhum projeto de cuidados com o meio ambiente 100% dos entrevistados expressaram a preocupação com a falta de coleta de lixo e o mau uso de insumos agrícolas prejudiciais a saúde e ao meio ambiente.

Eu só uso veneno para combater as pragas das plantações quando não tem mais o que fazer. (Entrevista- 07)

Outro fator muito positivo é o assentamento está localizado em uma região privilegiada da faixa litorânea onde não existem longos períodos de estiagem. Além de um vasto potencial hídrico, com um rio cortando a localidade, como também a existência de 04 (quatro) lagoas próximas ao assentamento que serve para o gado beber água.

Assim quando perguntamos se no assentamento a água era suficiente para o abastecimento humano e animal, 100% dos entrevistados responderam que sim, porém a água precisa ser tratada.

A gente bebe a água que vem do poço, mas ta precisando ser tratada e leva o gado para beber no rio, na lagoa. (Entrevista -08)

Hoje no assentamento residem 60 famílias e a avaliação dos assentados em relação à vida que levam no assentamento é que sem dúvida alguma suas vidas mudaram bastante para melhor, pois hoje têm terra para trabalhar, casa com água e energia elétrica, escola para os filhos e perspectivas de dias melhores.

Nesse sentido é que nos últimos anos o Movimento Sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais – MSTR vem tentando colocar em prática propostas concretas em torno de um desenvolvimento rural sustentável na busca de alternativas que vão de encontro ao atual modelo de desenvolvimento rural implementado no Brasil, de caráter econômico-financeiro fundamentado na preservação do latifúndio e da

produção de monoculturas voltadas para exportação que fizeram aumentar a exclusão social, o desemprego , a violência no campo e o alto índice de degradação ambiental.

Desse modo a construção de um desenvolvimento rural sustentável deve estar centrada na agricultura familiar, firmado em uma perspectiva agro-ecologica e na preservação e equilíbrio dos ecossistemas tento como proposta fundante, uma ampla e massiva reforma agrária, que vai além de distribuição de terras, mas com a finalidade de promover a ampliação, valorização e fortalecimento da agricultura familiar.

Portanto a realização da reforma agrária prever a união de diferentes fatores ligando o acesso a terra, ao crédito, a infra-estrutura social e produtiva, investimento em pesquisa planejamento e condições de comercialização, mercado acessíveis e solidários moradia adequada e acesso ao lazer. Sendo necessária assistência técnica publica de qualidade sustentada em pilares tecnológicos não agressivos ao meio ambiente e ajustados a agricultura familiar.

Assim os assentamentos favorecem bastante para a concretização de uma proposta de agricultura familiar que tem como base o desenvolvimento rural sustentável, uma vez possibilitam uma maior inclusão social, produtiva e política das populações locais.

Considerações Finais

*Amanhã está toda a esperança
Por menor que pareça
O que existe é pra festejar
Amanhã, apesar de hoje
Ser a estrada que surge
Pra se trilhar*
Amanhã - Guilherme arantes

Na atual conjuntura, manifesta-se, na sociedade, uma série de crises, geradas, basicamente, pelo produtivismo inerente à mundialização do capital: desemprego; violência, destruição do meio ambiente degradação social dentre diversos outros problemas.

Visando contrapor-se a esse contexto, está a proposta de cuidados com o meio ambiente, com qual segmentos democráticos da sociedade procuram intervir na perspectiva de melhoria da qualidade de vida.

O projeto hegemônico do capital busca apropriar-se dessas questões, colocando como alternativa viável para manter o processo cumulativo em sintonia com o discurso de crescimento econômico. Assim, amplia a idéia de “preservação” da natureza para que a natureza possa abrigar as gerações futuras, refletindo dessa forma as contradições em torno do chamado desenvolvimento sustentável.

A questão do desenvolvimento sustentável em assentamentos de reforma agrária em nosso país passa pela dívida ambiental herdada, do período colonial como também do latifúndio e do processo de modernização da agricultura implantado no Brasil.

No rumo das reflexões pontuadas, construir uma alternativa sustentável para os assentamentos aponta para a necessidade de transformação das relações sociais e das relações de produção, provocando mudança de hábitos no trato com a natureza como também um maior envolvimento da população que reside nessas localidades ,na busca de soluções para os problemas por ela vivenciados.

Nesse sentido, muito há para se rever quanto ao desenvolvimento sustentável, especificamente no campo, pois o Estado, com seus projetos técnico-burocráticos,

tende, muitas vezes, a desconsiderar a heterogeneidade dos assentados, suas experiências de vida cultura etc., e acaba impondo demandas incompatíveis com as tradições culturais e a experiência dos trabalhadores.

Outro fator que torna muito difícil ocorrer um desenvolvimento sustentável na área rural é o modelo agropecuário brasileiro, que se utiliza de práticas agrícolas como a monocultura, agricultura empresarial voltada para a produção em grande escala que intensificam o uso de maquinário e insumos agrícolas que agredem o meio-ambiente. A demanda por terra e sua ocupação efetiva exigem uma política agrária mais criativa e efetiva, que dê a população rural condições de manutenção na atividade agrícola e permita uma partilha justa de terra de maneira sustentável.

Assim, tanto o desenvolvimento que se conhece hoje como o desenvolvimento sustentável são resultado da apropriação do mundo material por parte de uma minoria que conseguiu impor sua vontade diante à maioria. As contradições existentes no capitalismo estimulam a desigualdade e agravam os problemas sociais, provocando uma distância existente para que se efetive o desenvolvimento sustentável.

O objeto deste estudo consistiu em analisar a como as famílias assentadas no Projeto de Assentamento Novo Horizonte II, município de Maxaranguape (RN) tratam as questões relacionadas a meio ambiente, biodiversidade, produção, consumo, e o que os assentados fazem para produzir e sustentar as suas famílias e manter o equilíbrio ambiental.

Na pesquisa realizada, identificamos, que no Assentamento Novo Horizonte II, a população tem conhecimento da importância de preservação do meio ambiente, porém as práticas sócio-ambientais ainda são bastante frágeis, revelando um conflito entre o que precisa ser feito para preservar o meio ambiente e as estratégias de sobrevivência diante das dificuldades econômicas. Certamente isso tem um fundo de verdade, mas não é o eixo principal da falta de cuidados com o meio ambiente e sim a forma societária vigente. Percebemos é que os moradores, apesar das contradições e dos limites de vida cotidiana, vêm, lentamente, internalizando a importância de preservação do meio ambiente para o desenvolvimento do assentamento.

Constatamos, ainda, a carência de infra-estrutura fundamental para que ocorra um desenvolvimento equilibrado, que garanta melhores condições de vida e torne atrativa a permanência das populações nessas áreas.

Para se construir uma sociedade sustentável, não se pode ter como parâmetro a carência da maioria, mas sim na conservação e no uso inteligente e democrático dos recursos naturais, como também habitação decente, educação, acesso aos meios de comunicação tais como telefone, internet, que são importantes para a qualidade de vida.

Assim, é necessário a ascensão da liberdade e dos direitos humanos básicos que envolvam condições dignas de vida, consumo, convivência com o meio ambiente, organização, auto-realização (fator importante para que as populações possam alcançar qualidade de vida), como também políticas públicas de combate a violência e promoção social e econômica caminhando paralelo com a sustentabilidade em busca do desenvolvimento.

Nesse sentido verificamos que muito tem a ser feito em nosso país, uma vez que as desigualdades são marcantes, convivendo-se com um alto índice de pobreza e miséria especificamente nas áreas rurais onde observamos de forma mais acentuada as carências e as dificuldades enfrentadas pelas populações resultantes de políticas públicas deficitárias.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Severina Garcia. **A produção familiar nos assentamentos do Rio Grande do Norte 1985/1995: viabilidade ou utopia?**. Natal, mimeo, 1995.

ARAÚJO, Severina Garcia de. **Assentamentos rurais trajetória dos trabalhadores assentados e cultura política: assentados Fazenda Zabelê**. Natal: EDUFRN. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BERGAMASCO, S.M NORDE L.C.A. **A trajetória do estatuto da terra e o paradoxo agrário dos anos 90**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, [SP], n.1 1995.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e desafios**. Editora Papirus. Rio de Janeiro, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

FERRREIRA, Brancolina. Estratégia de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In MEDEIROS et al (org). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994

FERNADES, Ana Amélia. **Autoritarismo e resistência no Baixo - Açu**. Natal, UFRN, 1992.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1975.

GODERENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra**. 3ª edição. Rio de Janeiro, Vozes, 1978.

JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 34ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. 16ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1988.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.

_____. **Não há terra para plantar nesse verão**. Rio de Janeiro, Vozes 1986.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo, Editora de Humanismo, 1986.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 17ª edição. São Paulo Brasiliense 1993.

_____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1978.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **A política fundiária no Rio Grande do Norte no período de 1985 a 1990: os interesses e ações do Estado capitalista e da sociedade civil**. Natal/RN, mimeo, 1994.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. São Paulo: UNICAMP, 1985. (Coleção América Latina).

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endich Orth, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, Sérgio et al (orgs.) **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. et al (orgs.) **Políticas Públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

LEROY, Jean Pierre et al (orgs.). **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade: o que isso tem haver com você?**. Petrópolis, RJ Editora vozes, 2002

LESBAUPIN, Ivo et al (orgs.) **Desmonte da nação: balance do governo de FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Poder local x Exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O capital. Volume I**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 4ª Edição.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **A sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre pobreza e classes sociais.** Petrópolis, Rj. Editoras Vozes, 2002.

_____. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes/CLASO, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvulo et al (orgs). **A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Editora da Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil,** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo Poli. Programa de Gestão e Políticas Públicas e Cidadania /EASP/FGV, 20001.

OLIVEIRA, Íris Maria. **A política social, assistência social e cidadania: Algumas aproximações à cerca do seu significado na realidade brasileira.** Revista Desafios Sociais. Revista do programa de pós-graduação em Serviço Social da UFRN. Ano II n.2 janeiro /julho, 2002.

SILVA, José Graziano da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasiliense, 1987.

SPOSATI, Aldaíza (mimeo). **Exclusão social a baixo da linha do equador.** PUC/SP, 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o Global: limites e desafios da participação cidadã.** Salvador,.Editora Cortez, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel et al (org.) **Globalização desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste no brasileiro.** Editora Polis, Campinas, SP, 2004.

ANEXOS



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Capítulo VI

Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Roteiro de questionário

NOME: _____

1) Quais as Instituições e Entidades que atuam no assentamento Novo Horizonte II, Maxaranguape - RN?

1.2 - () EMATER

1.4 - () INCRA

1.5 - () Cooperativas (Ápice, CEATEC, etc).

1.6 - () Outros, _____

2) Há algum Projeto (Social ou econômico) sendo desenvolvido na comunidade?

2.1 - () Não,

2.2 - () Sim – Quais? _____

3) Existe Creche ou, Escola no assentamento?

3.1 - () Escola pública municipal. Nome _____

3.2 - () Escola pública Estadual. Nome _____

3.3 - () Creches. Nome _____

4) Quais as condições da estrutura física da escola e/ou creche existente no assentamento?

4.1 - () Ótima 7.2 - () Boa 7.3 - () Regular 7.4 - () Ruim

5) A escola/creche fornece merenda para os/as alunos/as? 5.1 - () Sim 5.2 - () Não.

5.3 - Se sim, qual a qualidade da alimentação _____

6) Qual a freqüência da merenda escolar?

6.1 - () Diária 6.2 - () Semanal 6.3 - () Quinzenal 6.4 - () Mensal

6.5 - () Outro _____

7) O Assentamento dispõe de serviço de transporte escolar?

7.1 - () Sim 7.2 - () Não

8) Na sua comunidade tem turmas de alfabetização de Jovens e Adultos?

8.1 - () Sim 8.2 - () Não

8.3 - Se sim, qual o número de alunos/as? Homens _____ Mulheres _____

8.4 - Onde acontecem às aulas? _____

9) Existe biblioteca no assentamento? 9.1 - () Sim 9.2 - () Não

Se sim, ela é: 9.3 - () Pública 9.4 - () Comunitária 9.5 - () Privada

10) Quais os meios de comunicação que a comunidade e adjacências têm acesso?

10.1 - () Rádio comercial 10.4 - () TV 10.7 - () Revista 10.9 - () Orelhão

10.2 - () Rádio comunitária 10.5 - () Internet 10.8 - () jornal impresso

10.3 - () Difusora 10.6 - () Outros, Quais _____

Dimensão – Social e Cultural

Programas Sociais

11) Quais os programas sociais presentes na comunidade?

11.1 - () Bolsa Família / PET 11.10 - () Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

- 21.3 - () Aves. Quantidade _____
- 21.4 - () Muares (jumento, burro, cavalo). Quantidade _____
- 21.5 - () Suínos. Número de cabeças _____
- 21.6 - () Abelhas. Número de colméias/enxame _____
- 21.7 - () Piscicultura. Número de peixes _____
- 22) Especifique a área por cultura: (em hectare ou em mil covas)
- 22.1 - () Feijão - área _____ Qual a produção (kg) _____ Qto. vende (kg) _____
- 22.2 - () Milho - área _____ Qual a produção (kg) _____ Qto. vende (kg) _____
- 22.3 - () Macaxeira - área _____ Qual a produção (kg) _____ Qto. vende (kg) _____
- 22.4 - () Banana - área _____ Qual a produção (kg) _____ Qto. vende (kg) _____
- 22.5 - () Hortaliças - área _____ Qual a produção (kg) _____ Qto. vende (kg) _____
- 22.6 - () Cajueiro - área _____ Qual a produção (kg) _____ Qto. vende (kg) _____
- 22.7 - Outros _____
- 23) Quais os locais onde são comercializados os produtos agrícolas e não agrícolas?
- 23.1 - () Feiras livres 23.2 - () Atravessador 23.3 - () Na BR 23.4 - () Mercadinhos
- 23.5 - () Praias e lagoas 23.6 - () outro _____
- 24) No caso de assentamento quantos hectares de área coletiva? _____
- 24.1) A que se destina? _____
- 25) Quais as principais pragas e doenças encontradas nas lavouras?
- 25.1 - () Feijão - pragas: _____
- 25.2 - () Milho - pragas: _____
- 25.3 - () Macaxeira - pragas: _____
- 25.4 - () Banana - pragas: _____
- 25.5 - () Hortaliças - pragas: _____
- 25.6 - () Cajueiro - pragas: _____
- 25.7 - () Outros _____
- 26) O que você faz para combater as pragas da lavoura? _____

Meio Ambiente:

- 27) Na sua comunidade existe algum programa relacionado à conservação do meio ambiente?
- 27.1 - () Sim 27.2 - () Não
- 27.3 - Se sim, qual? _____
- 28) Quais as principais atividades relacionadas com o meio ambiente na sua comunidade?
- 28.1 - () Pesca 28.3 - () Pecuária
- 28.2 - () Agricultura 28.4 - () Outros _____

Recursos Hídricos:

- 29) Quais os recursos hídricos naturais existentes em sua comunidade?
- 30.1 - () Lagoa. Quantidade _____
- Nomes: _____
- 30.2 - () Laguna. Quantidade _____

Nomes: _____

30.3 - () Rio. Quantidade _____

Nomes: _____

30.4 - () Praia. Quantidade _____

Nomes: _____

30.5 - () Riacho. Quantidade _____

Nomes: _____

31) A sua comunidade possui abastecimento de água? 40.1 - () Sim 48.2 - () Não

40) Existe água suficiente no assentamento para o abastecimento humano e animal?

40.1 - () Sim 40.2 - () Não

41) Se sim, qual a fonte?

41.1 - () Poço artesiano. Quantidade _____ Vazão _____ Profundidade _____

41.2 - () Cisterna de placa. Quantidade _____ Capacidade _____

41.3 - () Abastecimento público

41.4 - () Chafariz

41.5 - () Cacimba

41.6 - () Outros _____

Infra-estrutura:

42) Quais os principais problemas relacionados à infra-estrutura da comunidade? _____

42) Qual o estado de conservação das estradas que dão acesso à comunidade?

42.1 - () Ótimo 42.2 - () Bom 42.3 - () Regular 42.4 - () Ruim 42.5 - () Péssimo

43) Qual o estado de conservação das casas da comunidade?

43.1 - () Ótimo 43.2 - () Bom 43.3 - () Regular 43.4 - () Ruim 43.5 - () Péssimo

45) O assentamento possui saneamento básico?

45.1 - () Sim 45.2 - () Não

46) O assentamento possui serviço de energia elétrica? 46.1 - () Sim 46.2 - () Não

47) O assentamento tem iluminação pública? 47.1 - () Sim 47.2 - () Não

48) O assentamento tem segurança? 57.1 - () Sim 57.2 - () Não

Lixo:

49) O assentamento tem coleta de lixo (resíduos sólidos)? 49.1 - () Sim 49.2 - () Não

50) Se sim, qual a frequência de recolhimento do lixo?

50.1 - () semanal 50.2 - () quinzenal 50.3 - () mensal 50.4 - () Outro _____

51) Se não, qual o destino final do lixo coletado?

51.1 - () Queimado 51.2 - () A céu aberto

51.3 - () Enterrado 51.4 - () Separado e vendido

51.5 - () Lixão 51.6 - () Outro _____

Existe coleta seletiva do lixo no assentamento? () Sim () Não

54) A comunidade já observou alguma relação entre lixo e doenças? 52.1 - () Sim 52.2 - () Não

54.3 - Se sim, quais as doenças causadas pelo lixo? _____

55) Quais as espécies nativas (árvores) mais encontradas na sua comunidade? _____

_____.

56) Na sua comunidade tem desmatamento? 56.1 - () Sim 56.2 - () Não

56.3) Se sim, que espécies nativas (árvores) desapareceram devido ao desmatamento?.

57) Quais os tipos de animais domésticos que são criados no assentamento? _____

_____.

Economia e Renda:

58) Como se dá a participação da família na renda?

Membro da família	Qual o trabalho agrícola?	Quanto ganha (R\$)	Qual trabalho não agrícola	Quanto ganha -R\$
58.1 Homem				
58.2 Mulher				
58.3 Jovem				

59) Qual a renda da família?

59.1 - () Até um salário mínimo 59.2 - () De um a três salários mínimos

59.3 - () De três a cinco salários mínimos 59.4 - () Mais de cinco salários mínimos

60) A renda da família é proveniente de onde?

61.1 - () Trabalho agrícola

61.2 - () Trabalho não agrícola (artesanato, faxina, lavagem de roupa, bordado, etc)

61.3 - () Aposentadoria

61.4 - () Bolsa família- PETI

61.6 - () Pesca

61.7 - () Comércio

61.8 - () Turismo

61.9 - () Outro. Qual _____

62) Quais as principais dificuldades encontradas para comercializar a produção agrícola?

62.1 - () Baixo preço 62.2 - () Mercado local pouco propício

62.3 - () distância dos centros consumidores 62.4 - () Atravessador

62.5 - () ausência de unidade de beneficiamento da produção

62.6 - () Outro _____

Roteiro de entrevista semi-estruturada

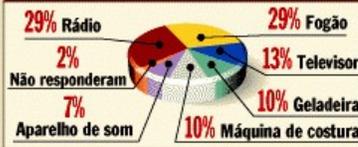
Objetivo central da pesquisa: Identificar e analisar como o assentamento trata as questões como meio ambiente biodiversidade, produção, consumo, o que eles fazem para produzir e sustentar as suas famílias e manter o equilíbrio ambiental.

- Como você vê a questão ambiental no assentamento Novo Horizonte II?
- O que você faz para manter o equilíbrio ambiental?
- O que você produz é suficiente para sustentar a família? Justifique.
- Quais os principais problemas enfrentados no assentamento?
- Diante de tudo que já existe no assentamento o que precisa ser feito para melhorar a vida na comunidade Novo Horizonte II?
- Quais os animais silvestres mais encontrados na sua comunidade?

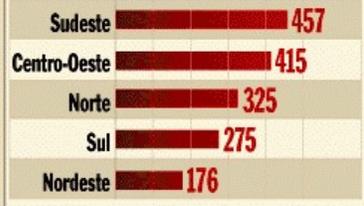
O perfil dos assentados no Brasil



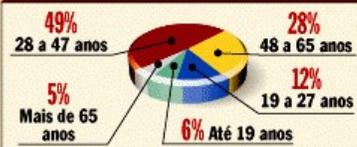
PORCENTUAL DOS QUE POSSUEM ELETRODOMÉSTICOS



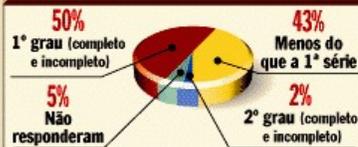
RENDA FAMILIAR (média mensal, em reais)



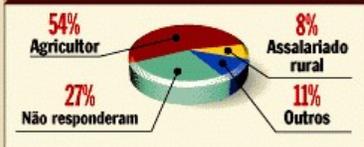
IDADE



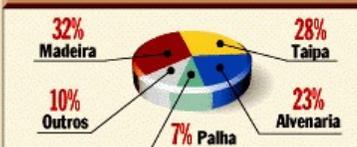
ESCOLARIDADE



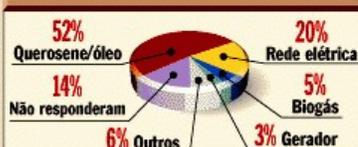
O QUE OS ASSENTADOS FAZIAM ANTES



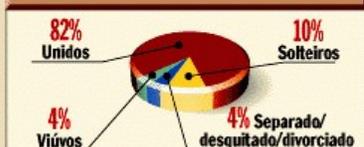
COMO SÃO AS CASAS DOS ASSENTADOS



DE ONDE VEM A LUZ



ESTADO CIVIL DOS ASSENTADOS



Fonte revista veja